



ARTIGOS



Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*

Há algum tempo, em congresso nacional promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, ficou acertado que o Departamento de Minas Gerais publicaria um livro intitulado *Arquitetura Brasileira – Redescobertas*. A obra reuniria textos com abrangência nacional, porém, no possível, limitados ao panorama arquitetônico brasileiro do século XIX. Quando da discussão da temática do livro, os organizadores optaram por destacar o Ceará como referência autônoma, afastada de certos vínculos regionais. Na ocasião, proposto como responsável pelo capítulo cearense, o autor deste artigo permitiu-se externar algumas ponderações, sob o argumento de que a decisão acatava pontos discutíveis, fosse quanto à hipótese de uma total autonomia arquitetônica local, fosse porque um estudo abrangente da matéria não poderia enquadrar-se exatamente nos marcos cronológicos sugeridos. Por tais razões, argumentava que, considerada a continuidade do uso de espaços e formas setecentistas no século XIX, bem como, em consequência de expansões semelhantes, com avanço e proposições oitocentistas no século XX, o trabalho impunha aumento do arco temporal proposto, não obstante restrito ao essencial. No fim de contas, a divisão estanque do tempo em séculos é convencional, sem correspondência direta com a História¹.

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

¹ Assinala Hauser, em termos europeus: “Como idade da arte moderna, o século XX se inicia realmente depois da Primeira Guerra Mundial, nos anos vinte aproximadamente, do mesmo modo que o século XIX começou por volta de 1830”. (HAUSER, 244, 1977, p. 836).

Uma vez aceita a incumbência, o indicado procurou satisfazê-la, desenvolvida de conformidade com o entendimento pessoal da matéria e ajustada ao quadro que se lhe afigurava delineado pelos fatores condicionantes do processo. Entregue o texto aos editores no prazo estipulado e escrito em duas versões - uma circunstanciada e outra resumida, por este ou aquele motivo, a publicação do livro coletivo deparou seguidos adiamentos, até quando, por fim, o projeto foi suspenso em definitivo. Transcorrido razoável tempo, decidiu o autor apresentar a versão resumida do trabalho na Revista do Instituto do Ceará, devidamente adaptada aos novos propósitos, embora reconhecesse certas dificuldades, em virtude do formato e dos padrões gráficos empregados. Do texto original, porém, foram eliminadas as partes últimas, pertinentes às realizações ditas neogóticas e ao Ecletismo Arquitetônico, manifestações compostas por obras quase todas já do início do século XX. A exclusão tanto se impôs por adaptação às novas normas de edição da Revista, que reduziram a extensão dos artigos, como também por se tratar de matéria específica, examinada pelo autor em várias oportunidades (inclusive no anterior número da Revista - t. 127, 2013, p. 47-130)². A decisão de trazer o texto a público em sua versão abreviada, mas abrangente, mostrando apenas ilustrações alusivas a obras de arquitetura popular, quase sempre de distante e inconsciente origem portuguesa, louvou-se no possível interesse que o tema possa despertar, pelo menos naqueles interessados em estudos de História da Arquitetura.

1 Introdução

Certos aspectos do passado explicam particularidades do desenvolvimento material do Ceará, somente consolidado em meados do século XIX, em época, portanto, quando muitas unidades federativas do Nordeste brasileiro já eram conhecidas pela magnificência de obras famosas elaboradas em tempos já bem anteriores. Assim, por seu aspecto singular, a apreciação da arquitetura cearense tida como antiga deve

² Contribuições um tanto extensas, publicadas pelo autor em tomos anteriores, constituíam prática comumente observada nos primeiros números da Revista do Instituto do Ceará e ainda mantida em edições de meados do século passado. Acolhiam textos longos, classificados sob o título de “ensaios”.

acompanhar-se de concisas informações históricas, ora concentradas em tópicos específicos, ora distribuídas ao longo do texto.

Colonização retardada

Entre os estados marítimos brasileiros, o Ceará figura entre aqueles marcados pelo povoamento retardado. Duplamente retardado, aliás. Primeiro, por força do total abandono em que ficou relegada, durante todo o século XVI, a outrora chamada costa Leste-oeste, longo trecho do litoral brasileiro, *grosso modo* paralelo ao Equador, da qual fazia parte a terra cearense, mantida alheia às primeiras rotas comerciais portuguesas. Como segundo fato, avultava a pouca atração econômica despertada pela Capitania no século XVII, cujo litoral, visto do mar ou percorrido a pé ou em lombo de animais, afigurava-se como sem préstimo para desenvolvimento da agroindústria do açúcar. Além do mais, situado em posição geográfica de transição, o Ceará pertenceu de início ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, vindo depois a integrar o Estado do Brasil, de que era capital a Cidade do Salvador.

A divisão da América Portuguesa em dois Estados separados administrativamente, mas ligados de per si a Lisboa, visava a superar as enormes dificuldades nas comunicações oceânicas em navios a vela, impostas pelo sistema de ventos e correntes marítimas reinantes, dirigidos num mesmo sentido e que se superpunham em trechos situados entre a costa ocidental cearense e o Maranhão. (ABREU, C. 1960, p. 117-123). Por tal motivo, se as viagens de ida se tornavam rápidas, o retorno revelava-se problemático. Impôs-se, assim, a superação do entrave por meio de novas rotas diretas de São Luís e Belém a Lisboa. A Capitania do Ceará, como dito, inicialmente integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, mas depois transferida para o Estado do Brasil, permaneceu, em consequência, praticamente terra de ninguém durante bom período. Situado em área de transição, isolado, após haver servido de ponto de apoio para a conquista do Maranhão e da foz do Amazonas, “perdeu o Ceará o pouco valor que lhe reconheciam. Não era mais base de operação.” (ABREU, C., 1960, p. 253).

Esse conjunto de ambigüidades geográficas explica, em parte, o demorado desinteresse lusitano pela terra cearense, por longo tempo considerada zona inóspita, amargo exílio dos funcionários reinóis para

ela transferidos. Premida por tantos obstáculos, a colonização do Ceará somente se iniciou no século XVIII, à custa da pecuária extensiva, atividade que requeria parcos investimentos, todavia pouco rentável, além de marcada por um povoamento rarefeito e disperso. A penetração do gado nos sertões tornara-se possível após morte, expulsão ou aculturação dos indígenas, conhecidos por tapuias, que os ocupavam.

Dependente do Governo de Pernambuco ao longo do século XVIII, por fim, o Ceará obteve autonomia administrativa em 1799. Regido agora por membros da administração real, pôde vislumbrar novas perspectivas, estabelecendo comércio direto com Portugal e África, sem intermediários, atividade logo ampliada após a abertura dos portos em 1808.

A dizimação do gado nas seguidas secas ocorridas nos anos finais dos Setecentos induziu o cultivo do algodão na Capitania. A ainda recente produção agrícola, somada às vantagens obtidas com a autonomia administrativa redundaria em produção de riquezas, pois deixava a Capitania livre de expropriações econômicas em favor de terceiros. Conquanto limitadas, as riquezas viriam a se ampliar gradativamente depois de 1808, em decorrência da inclusão do Ceará no comércio internacional. O desenvolvimento incontestado, entretanto, somente foi atingido depois de meados dos Oitocentos, apoiado principalmente na cotonicultura, desde então e ainda em boa parte do século XX, base da economia e do progresso da Província. A guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), privando os teares britânicos do algodão americano, intensificou as exportações do produto cearense, proporcionando intensa euforia econômica. Apesar dos efeitos maléficos da grande seca ocorrida entre 1877 e 1879, o Ceará conheceu ativo florescimento material e intelectual no último quartel do século XIX, que permitiu, à sua capital, adquirir feições físicas e culturais próprias. A cidade da Fortaleza desde então passou a ocupar posição hegemônica no Estado e hoje, transformada num dos maiores centros urbanos do País, derrama sua influência sobre vasta área nacional.

Arquitetura antiga cearense: alguns conceitos

O quadro histórico ora sucintamente exposto gera especulações, em particular quando se cogita de arquitetura ou, mais precisa-

mente, quando se examina a arquitetura antiga. No imaginário da população, arquitetura cearense antiga é toda aquela anterior ao Modernismo Arquitetônico. Nas mais das vezes, entretanto, as novas propostas estéticas são entendidas como uma estilização formal expressa por reduzida ornamentação geométrica, filiada ao sistema *Art Déco* e aplicada depois de 1930, quando passa a ser aceita sem restrições, concomitantemente com o emprego usual do concreto armado.

Como se repete, os anos oitocentos assumiram papel preponderante na formação do Ceará contemporâneo, em particular após sua segunda metade. Quando, contudo, se busca obter uma visão ampla do processo de implantação da arquitetura, o século XIX cearense, como já se assinalou, requer dilatação de suas balizas cronológicas. Deve-se, portanto, recuar o marco histórico para o último quartel dos Setecentos, em período quando a produção da “carne do Ceará” (o charque) responde totalmente pelas atividades econômicas da Capitania, tempo em que se anunciam os começos da formação de sua incipiente rede urbana. Por seu turno, encerrar o período nos dias da Revolução de 1930, resultaria admitir-se um compromisso duplo entre um passado já distante e dias mais recentes, isto porque, nas três primeiras décadas do século XX, as aspirações de progresso, acompanhando as diretrizes ideológicas da República, correspondem a visíveis mudanças em todos os setores. Novos programas e técnicas novas, entre as quais sobressaem as realizações do ferro, bem como o uso de equipamentos mecânicos, alteram as formas das edificações, engalanadas exteriormente com elementos decorativos. A Arquitetura Eclética então em voga, emblema estético, distintivo desses decênios, tidos por alguns como um período de transição para o moderno ou, como pretendem outros, o término de uma época comumente designada como antiga, torna-se o traço expressivo da imagem urbana da capital cearense, elegante e harmoniosa, hoje praticamente desaparecida.

De um modo ou de outro, no Ceará, tal como em quase todo o País, o ciclo dito antigo se encerra em definitivo ante a adesão, consciente ou não, ao Modernismo, termo genérico, muitas vezes subentendendo, no campo da arquitetura, mensagens mal decodificadas, paralelas a anseios políticos e sociais de renovação que empolgam o País.

2 Antecedentes setecentistas

No Ceará, dois fatores parecem condicionar certa homogeneidade formal arquitetônica, há pouco mencionada, perceptível na interpenetração da quadra final dos Setecentos em uma boa parte do século XIX, particularmente no mundo rural.

Primeiro, sobressai o fato de a Capitania, inibida por condições ambientais desfavoráveis à produção do açúcar, não haver conhecido no período colonial o desenvolvimento de uma agricultura de *plantation*, que exigia sistema complexo de instalações agro-industriais, cujo funcionamento dependia do trabalho escravo. Num segundo momento, nos anos iniciais do século XVIII, dizimados, expulsos ou aculturados os índios belicosos que se interpunham à posse dos sertões cearenses, verificou-se a rápida ocupação de terras favoráveis ao pastoreio, doadas em sesmarias. Em conseqüência, o território cearense logo se viu ocupado por imigrantes vindos do Nordeste Oriental, moradores das zonas produtoras de açúcar em crise ou pequenos proprietários, em maior número, pernambucanos, paraibanos e rio-grandenses, bem como portugueses, todos com interesse na pecuária extensiva. Uma vez obtida a posse de terras, a viabilidade dos empreendimentos pastoris requeria capital reduzido, já que as glebas eram concedidas de graça – as sesmarias, além de que o gado se reproduzia rapidamente em pastos inexplorados e podia transportar-se, com os próprios passos, por trajetos longos e penosos. Consequentemente, os investimentos eram mínimos, não obstante gerassem lucros parcos. Limitavam-se praticamente à construção da casa de fazenda e das moradas dos agregados, às cercas dos currais, programas a que, quando muito, se poderiam acrescentar a pequena casa de farinha ou uma engenhoca destinada à eventual produção da rapadura.

A sobrevivência nos sertões exigiu adaptações e criatividade, em que se destacou o uso generalizado do couro – na roupa, no encilhamento, nos utensílios domésticos, no mobiliário, enfim, objetos impostos pela busca de superação do isolamento do cotidiano. Na arquitetura, o couro foi empregado, ora na amarração das varas dos taipais, em tiras, ora em laços, à guisa de armadores de redes, ou como folhas ou dobradiças das portas. Enfim, instrumentos de montagem de uma

“civilização do couro”, de que nos fala Capistrano de Abreu. (ABREU, C., 1954, p. 217-224)³.

Os sertões: pecuária extensiva e arquitetura rural

O cotidiano dos sertões da pecuária, marcado pelo dinamismo do campeio do gado, diferia por completo da vida nas casas grandes de engenho do Nordeste Oriental, onde se desenvolviam práticas culturais fruto de outros modos de relações sócio-econômicas. As reduzidas aplicações financeiras solicitadas pela implantação e pela manutenção das fazendas concentravam-se na edificação da casa, em especial na chamada casa de fazenda, expressão maior e inconfundível da arquitetura dos sertões.

Nos primeiros tempos, em face da insegurança reinante, fosse contra o ataque dos índios, fosse contra o ataque de outros fazendeiros ou de “vadios”, as casas mostravam um mínimo de fenestração, às vezes resumida unicamente a uma porta de entrada. Logo, porém, as aberturas surgem, ampliadas aos poucos. Com o tempo, melhorada a segurança, a casa ganha alpendres, que beneficiam inicialmente apenas a fachada de frente, mas depois, as laterais e, finalmente, a casa toda. O alpendre de contorno total da casa tornava-se uma imposição de defesa contra a canícula forte do sertão: a leste, contra o sol da manhã, já intenso; a oeste, contra a forte insolação vespertina. Em decorrência das latitudes próximas do Equador, os alpendres voltados para norte e sul protegiam semestralmente cômodos opostos, conforme o caminho alternado do sol. As dimensões dos alpendres, sempre correlacionadas com a penetração solar, cristalizariam soluções atemporais, utilizadas

³ “De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado sobre o chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das facas, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz.” (ABREU, C. 1954, p. 217-218).

até o presente, embora de modo geral dependessem das posses ou da posição social do proprietário⁴.

Do ponto de vista morfológico, no que respeita ao modo de inserção, os alpendres configuram dois tipos de casas rurais. Um grupo, mais numeroso, é formado por exemplares cujo corpo central mostra telhado de duas águas, às quais a cobertura dos alpendres frontais dá continuidade, embora algumas vezes os acréscimos apareçam rebaixados. Em consequência, nos trechos laterais da edificação, surgem dois pequenos oitões interceptados pelos alpendres de contorno, o que leva a crer influência do prestígio do desenho da casa urbana, com telhado em cangalha, de linhas bi-apoiadas em empenas. Figura 1.

O outro grupo compõe-se das casas com telhados piramidais de quatro águas, que descem por todas as faces da casa, cobrindo os alpendres. Figura 2. Apesar de bem mais complicado como sistema construtivo de cobertas, em decorrência dos esforços aplicados diagonalmente sobre os cunhais, isto é, os cantos da edificação, sem dúvida, esta solução foi importada do Nordeste Oriental, onde já aparece no século XVII, nos engenhos maiores, como mostram os desenhos de Frans Post, transcritos no livro do Barlaeus (1647, *passim*). Essas abas triangulares



Figura 1 - Casa da fazenda Nova Empresa. Canindé, CE. Casa rural com vínculos urbanos, isto é, com telhado de duas águas e oitão lateral, contornada por alpendre e colonata. Foto J. J. Rescala. 1941. Arquivos IPHAN.

⁴ O texto emprega repetidamente o vocábulo alpendre, termo então usual, mas hoje praticamente substituído por varanda. Na acepção arquitetônica cearense, varanda significava (e ainda significa) o gradil de defesa das janelas rasgadas, com sentido semelhante em outras partes do País e em Portugal. No Ceará, o termo também é extensivo ao adorno das redes de dormir.



Figura 2 - Chácara Salubre. Fortaleza. Notável exemplar de casa do final do século XIX, localizada nos arredores da Cidade, à margem da antiga estrada de Soure (BR 222), em área então ainda rural. Coberta com quatro águas, que descem pelo alpendre de contorno apoiadas em colunas de alvenaria e de madeira, estas quase imperceptíveis, quando vistas de longe. Sobre o mais, a simetria dos componentes da fachada é aparente. Enganadora. Estas ambiguidades, provocadas por efeito de *trompe l'oeil*, constituem marca identificadora das obras maneiristas eruditas, como se vê, aplicadas em realização de arquitetura popular. Foto do Autor. 1970.

do telhado não recebem denominação específica, embora sejam conhecidos em outras regiões por *tacaniça*, palavra raramente usada no Ceará.

Ambos os tipos de cobertas são atemporais e utilizados até hoje, já se disse. No início ou em meados do século XIX, entretanto, as colunas dos alpendres, até então construídas sem maior apuro, tornam-se robustas, encimadas por capitéis em que repousam as linhas das beiradas da coberta. Essas colunas, de perfis inspirados na chamada ordem toscana, adotadas na Bahia e no Rio de Janeiro provavelmente em dias um pouco antes da Independência (CARDOZO, 1943, *passim.*), por certo chegaram ao Ceará por influência das grandes casas rurais erigidas nos arredores da Corte Imperial. (CASTRO, 1978, p. 86-97). Figuras 1 a 9.

Talvez trazidas para o Brasil quando da vinda da família real, essas proposições formais, que evocam reminiscências paladianas, podem ser vistas em casas senhoriais minhotas, no norte de Portugal, particularmente ao longo do rio Lima. (AZEVEDO, 1969, *passim.*). Aparecem com dois pavimentos e mostram os pisos superiores resolvidos com pesadas e longas lajes de granito apoiadas nas vigas de externas de contorno e nas paredes internas. Figuras 3 e 8.



Figura 3 - Casa de Pomarchão. Arcozelo / Ponte de Lima, Minho. Portugal. 1756. Nesta, bem como em outras casas senhoriais de meados e fins do século XVIII, localizadas ao longo do curso inferior do rio Lima, o tempo reuniu torre antiga (à direita), capela com elementos barrocos e contribuições maneiristas (ou talvez já neoclássicas), na colonata do alpendre, a par do emprego de vasta cobertura com telhas de canudo. Foto do autor, 1976.



Figura 4 - Casa da Fazenda do Columbandê. São Gonçalo, RJ. Realização brasileira de inícios do século XIX, erguida sob influência dos solares minhotos (ver figura 3), talvez materializada por meio de mensagens trazidas por membros da Corte portuguesa recém-chegada ao Rio de Janeiro. Na casa, eliminada a torre, foram mantidas a capela, a cobertura de telhas de canudo, o alpendre e a colonata. Foto: TELLES, A. C. S., [1980], p. 141).



Figura 5 - **Casa da Fazenda Triunfo. Ocara, CE.** Versão cearense de um modelo de longínqua procedência lusitana (ver figuras 3 e 4). Reduzido o programa original, já sem a capela e sem a torre, a edificação manteve o alpendre, a colunata, a coberta de telhas de canudo e adaptou-se ao clima, às funções rurais e a às disponibilidades técnicas e econômicas do meio. Foto do Autor. 1975.



Figura 6 - **Casa da Fazenda Triunfo. Ocara, CE.** Alpendre com colunas encimadas por capitéis dóricos de procedência neoclássica, elaborados segundo uma concepção sertaneja. Foto do Autor. 1975.



Figura 7 - **Pensão Neco. Canindé, CE.** Colunata aplicada na frente da casa (hoje descaracterizada). Concepção popular de feição neoclássica ou talvez de remota influência paladiana. Foto J.J. Rescala. 1941. Arquivos IPHAN. Ver também figs. 1 e 2.



Figura 8 - **Casa da Fervença. Barcelos, Minho. Portugal.** Casa rural dos anos finais do século XVIII, obra singela com arcaria ao rés do chão e colonata na planta alta. Foto: AZEVEDO, 1969, p. 136 / estampa 79.



Figura 9 - **Pensão Neco. Canindé, CE.** Fachada de fundos, com arcaria no térreo e colonata no pavimento superior (ver figs. 7 e 8). Foto J. J. Rescala, 1941. Arquivos IPHAN.

Nos sertões cearenses, ao fim de longa viagem temporal e espacial, essas formas traduzem, em linguagem nitidamente popular, mensagens maneiristas de procedência erudita, reflexos esmaecidos da obra influente do arquiteto italiano Andrea Palladio (1508-1580).

Nascimento da rede urbana

À medida que o processo de ocupação do território cearense se consolida, nascem aos poucos os primeiros povoados, alguns deles logo organizados administrativamente em vilas. As aglomerações aparecem

em torno de igrejas, às vezes, junto de casas de fazenda, quase sempre nos cruzamentos dos caminhos. Apesar de iniciada no século XVIII, a frágil rede urbana cearense, cabe ressaltar, somente se consolidou no correr dos Oitocentos e ainda em começos do século XX.

As primeiras vilas

Em 1699, o rei D. Pedro II deliberou criar uma vila “no Ceará”. Ato que consumava o reconhecimento oficial de uma organização urbana, a ordem régia respectiva, no caso, afigurava-se geograficamente limitada, pois a palavra Ceará designava e designa um pequeno rio que banha o município da Capital, a oeste, rio cujo nome depois se estendeu à Capitania. Assim, interpretados objetivamente os termos da ordem régia, a vila deveria ser implantada na foz do rio, na Barra Ceará, onde houvera uma pequena povoação, abandonada em decorrência de assoareamento do acesso fluvial, e desaparecida. Esse entrave físico serviu de argumento para que a sede da vila perambulasse por vários pontos, até ser instalada à margem do rio Pacoti, em 1713, no sítio Aquirás, a uma légua do mar e longe do lugar “Ceará”. A decisão, de agrado dos proprietários de terras das vizinhanças, foi obtida do ouvidor Cristóvão Soares Reimão, da Paraíba, que andava pelo Ceará encarregado da concessão de sesmarias. Salvo interpretações outras pouco lisonjeiras à decisão do ouvidor, a instalação da vila no Aquirás expressava intentos explícitos de evitar concentração de poder no Forte, ou melhor, em mãos dos capitães-mores, chefes militares com os quais ouvidores sempre mantiveram acirrados desentendimentos. Inconformados com a decisão, os comandantes do povoado do Forte encetaram campanha iniciada pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime e continuada por seus sucessores, Salvador Álvares da Silva e Manuel Francês, os quais, ajudados pelo empenho do capelão, Padre João de Matos Serra, todos reinóis, e pela população, conseguiram do rei D. João V a criação da vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande, instalada em 13 de abril de 1726.

Nos sertões, a primeira vila surgiu em 1738, no Icó e, logo após, outra, no Aracati, em 1748, quase à foz do rio Jaguaribe. Estas duas vilas formavam binário, isto é, aquela operava como ponto de encontro interiorano das boiadas remetidas para o litoral, enquanto a última fun-

cionava como centro praieiro de abate do gado e salga da carne, embarcada para vários pontos do País. Na segunda metade do século XVIII, o quadro urbano ampliou-se com o estabelecimento de “vilas de índios” nas missões da Ibiapaba (Viçosa), Caucaia (Soure), Parangaba (Arronches) e Paupina (Messejana), erigidas quando da expulsão dos jesuítas em 1759 / 1760, lista a que se deve acrescentar a “vila de índios” de Baturité (Montemor-o-novo), criada de 1764. Nesse mesmo ano, foram instaladas a vila do Crato, no extremo sul da Capitania e, logo depois, as do Sobral (1773), da Granja (1776), de Santo Antônio do Quixeramobim (1789) e Vila Nova del Rei [Guaraciaba] (1791), além de, já na mudança do século, as vilas de São Bernardo das Russas (1801) e São João do Príncipe [Tauá], (1802). O transcorrer dos anos oitocentos assiste à instalação de mais vilas, gradativamente alçadas à categoria de cidades.

Algumas vilas erigidas no século XVIII conheceram modos especiais de implantação urbana. No Icó e no Aracati, a legislação determinava a abertura de uma praça ampla e de ruas largas e retas, entretanto sem dimensionar os espaços. No Sobral, a malha urbana dividiu-se em setores organizados segundo os lados de um triângulo formado pelas vias primitivas que interligavam a Matriz, a igreja do Rosário e a gangorra do gado. (CASTRO, 1973, *passim*). Na vila de Montemor-o-novo (atual Baturité), a instalação foi acompanhada da respectiva demarcação feita por um engenheiro, que lhe imprimiu traçado regular, de conformidade com os preceitos pombalinos então vigentes. (CASTRO, 1999, *passim*). As cidades que nasceram ou se desenvolveram no século XIX reproduziam, no possível, espaços das vilas setecentistas, particularmente a grande praça central, conhecida popularmente por “quadro”. Algumas das cidades cearenses de origem setecentista – Viçosa, Icó, Aracati e Sobral, tiveram reconhecida nacionalmente a valia urbana e arquitetônica de seus trechos antigos, tombados pelo IPHAN.

Deve-se, porém, ressaltar que essas vilas de origem setecentista não passavam de pequenos aglomerados humanos, até ainda nas primeiras décadas do século XIX. O Aracati, por muito tempo a vila mais importante da Capitania, “continha nos seus muros uma população de mais de 2.000 almas”. (BRÍGIDO, 1919, p. 212), todavia com dimensões reduzidas, a julgar-se por uma “Planta e porto da villa do Aracati”, levantada por Silva Paulet em 1813. (REIS, 2000, p. 132). Na mesma

época, visitantes estrangeiros davam à vila da capital entre 1.000 e 1.200 habitantes, (KOSTER, 1816, p. 113; TOLLENARE, 1908, p. 274), imobilizados em “um montão de areia profundo [e] prezenteada dos lados [por] pequenas Cazas térreas (...) [que] formão esta assim chamada villa”, segundo Bernardo Manuel de Vasconcelos, o primeiro governador da capitania autônoma. (VASCONCELLOS, 1914, p. 332).

Arquitetura urbana tardo-setecentista

As obras levantadas no século XVIII, em sua totalidade praticamente destruídas ou modificadas em dias posteriores, ganharam roupagem formal oitocentista. Quanto aos programas de edificações urbanas, então desenvolvidos, ao autor, pareceu preferível, em vista da concisão do texto, assinalar apenas determinadas realizações, bem como relacionar certas tipologias arquitetônicas específicas, acompanhadas de eventuais exemplos.

Arquitetura residencial urbana

Pouco se pode comentar no que concerne à forma da arquitetura residencial urbana setecentista, consideradas as diminutas dimensões das vilas bem como as modificações aplicadas em dias posteriores, além da destruição imposta ao casario primitivo.

A documentação gráfica pertinente é reduzida e não confiável. A propósito da afirmação, tome-se como exemplo um desenho da Vila do Forte, mandado executar e enviado a Lisboa, em 1731, pelo já mencionado capitão-mor Manuel Francês, a fim de demonstrar seus serviços prestados à Coroa, quando da instalação da Vila, aliás, discretamente cobrados. (LEITE, 1943, p. 84 e IRIA, 1966, p. 49). Conquanto belo na sua apresentação *naïve*, o desenho oferece uma visão pouco precisa das casas, talvez fantasiosa, apresentando sobradinhos com aparência incomum no Ceará, mais parecidos com moradas portuguesas da Beira Alta. (ARQUITETURA Popular em Portugal, 1980, p. 215). Como alusão à provável inverdade do desenho, por mostrar edificações não construídas, além de sobrados, resalte-se o fato de que os primeiros exemplares fortalezenses dessa tipologia somente viriam a ser construídos na segunda ou terceira década do século XIX, portanto, um século depois. (KOSTER, 1816, p. 113).

Quanto ao parcelamento das glebas urbanas, cumpre lembrar que para instalação da “vila de índios” de Montemor-o-Novo (Baturité), em 1764, as determinações pombalinas exigiam casas com fachadas uniformes, de 30 palmos (6,60 m) de frente. Embora naquela cidade ainda hoje se encontrem muitas moradas com frontarias que mostram aproximadamente aquela medida, pouco ou nada se pode inferir quanto ao real aspecto do casario original, tais as alterações a que o submeteram no passar do tempo. (CASTRO, 1999, passim.).

Em fins do século XVIII, em outros pontos da Capitania, especialmente no Aracati, a vila setecentista cearense mais rica, já havia sobrados, aliás, dispostos ao longo de uma rua única, muito longa. Construídos para livrar os moradores das enchentes do rio Jaguaribe (KOSTER, 1816, p. 112), sem dúvida, os sobrados utilizavam materiais duradouros, no caso, tijolos assentados com argamassa de cal de ostras e areia, tijolos, cales e telhas muitas vezes remetidos para a vila do Forte da Assunção. Nesta última, bem mais à frente, em meados do século XIX, quando já elevada à condição de cidade e como indício evidente da pobreza do meio, pelo menos a metade das moradas não passava de “palhoças”, a se julgar pelas indicações da planta compilada por Adolfo Herbster em 1859.

De qualquer modo, nas cidades e vilas cearenses, talvez diferentemente de outras partes do País, mais ricas, vale afirmar que, salvo conhecidas exceções, no começo e ainda nos anos centrais dos Oitocentos, as casas de morada eram térreas, quase em sua totalidade. Na capital, a vila do Forte, visitada por KOSTER em fins de 1811, somente havia casas térreas (*the dwellings have only a ground floor*) (1816, p. 113), sempre justapostas umas às outras, com paredes de meiação, cobertas com telhados de duas águas, em cangalha, uma para a rua outra para o quintal, apesar de que, em bom número, prevalecessem as pequenas casas de meia-água.

Arquitetura institucional

O campo institucional, representado por um limitadíssimo programa de edificações religiosas e administrativas, compunha-se de um reduzido quadro de obras iniciadas nos anos setecentos, mas, vale sempre lembrar, quase todas concluídas no século XIX.

O acervo de arquitetura militar compunha-se de restos de fortificações pequenas e frágeis, desmoronadas pelo abandono, ante a inutilidade bélica, além de precariamente construídas ou reerguidas nos anos iniciais do século XIX nos arredores da Capital. O forte da Assunção, de origem seiscentista, desmoronado e reconstruído várias vezes, terminou, por fim, como se verá adiante, substituído no começo dos Oitocentos por obra maior, totalmente nova, de “pedra e cal” (e tijolos...), como tanto desejavam os moradores da Vila.

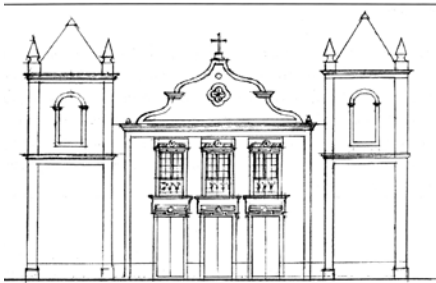
As casas de câmara e cadeia, muitas delas somente se viram concluídas no último quartel do século XIX, quando da execução de um plano provincial de obras desenvolvido durante a grande seca de 1877-1879, época em que as funções carcerárias de há muito haviam sido subtraídas do poder municipal, por força do Ato Adicional de 1834. Na ocasião, sobre as paredes de pedra do pavimento inferior primitivo, ocupado pela cadeia, foram executadas, com tijolos, obras de emergência na planta alta, destinadas ao funcionamento das câmaras (Aquirás, Icó). Cabe também lembrar que, apesar das mudanças na legislação imperial, edifícios novos de Casas de Câmara e Cadeia ainda foram construídos durante o século XIX (Jaguaribe, Itapipoca, Granja). Por outro lado, a extinção de antigas vilas no começo do século XX (Parangaba, Messejana), redundou na demolição das suas respectivas sedes.

Arquitetura religiosa

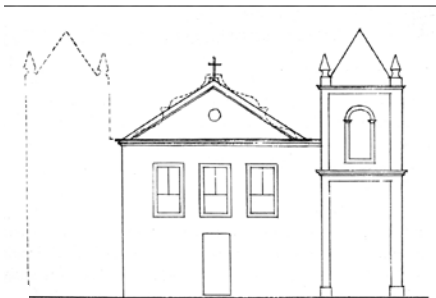
Em boa parte, as igrejas paroquiais e outras igrejas de porte, iniciadas no século XVIII, conheceram posterior conclusão. Sempre edificadas de modo parcelado, nas mais das vezes tinham, como núcleo gerador, pequenas capelas de fazendas ou de missões, ampliadas por acréscimos sucessivos. Essas adições tendiam a uma busca de traça oitocentista conseguida com uma planta final de desenho retangular, na qual a pequena capela primitiva, absorvida pelo conjunto, se transformava na capela-mor da igreja ampliada.

Nesse processo de seguidos acréscimos, raras parecem ter sido as exceções. Nomeem-se como obras integralmente executadas no século XVIII apenas a igreja de Nossa Senhora da Assunção, na antiga missão jesuítica da Ibiapaba (iniciada em 1695), e a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Almofala (primeira metade do século XVIII), ambas tom-

badas pelo IPHAN como monumentos nacionais. A igreja da Almofala, no norte do Estado, erguida perto do mar por irmandade local, acha-se hoje descontextualizada de sua ambientação original. Permaneceu quarenta anos soterrada pelas dunas, quando ressurgiu por força da ação dos mesmos ventos que a haviam encoberto por completo. Ao que se supõe, obedeceu a projeto de feição barroca, vindo da Bahia, com torre filiada às do convento lusitano de Mafra. Na primitiva igreja da missão jesuítica da Assunção, na Ibiapaba, praticante refeita no século XIX, restaram talvez somente uma das torres e a capela-mor, em cujo forro subsiste um conjunto magnífico de doze painéis pintados com alegorias barrocas, dedicados às virtudes capitais e cardeais e aos sentidos humanos. (CASTRO, 2001).



*Igreja de N.S. da Assunção,
Viçosa. (fachada atual).
(desenho do autor, a lápis).*



*Igreja de N.S. da Assunção,
Viçosa. (aspecto atual).
Reconstituição da provável forma
primitiva da fachada da igreja jesuítica.
(desenho do autor, a lápis).*

Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Viçosa, CE.

Estudo comparativo efetuado entre uma reconstituição da fachada jesuítica primitiva, de início do século XVIII, e a aparência atual da igreja, modificada. A forma original seguia os padrões comuns às igrejas menores da Companhia de Jesus, absorvendo referências populares procedentes do desenho do frontispício da igreja-sede de São Roque, em Lisboa, padrão plástico e espacial da ordem no mundo lusófono. Estudo de reconstituição, levantamento gráfico e desenho do Autor. (CASTRO, 2001, p. 68)

O “barroco” cearense

As realizações barrocas brasileiras encontraram na arquitetura religiosa sua expressão maior. Salvo algumas referências pontuais, não se podem, entretanto, rigorosamente filiar as igrejas cearenses às obras barrocas, quer pela concepção geral, quer pela forma exterior e, menos ainda, por seus interiores, seja nos espaços, seja na decoração, já condizentes com o posterior ciclo artístico em que foram concluídas.

O “barroquismo” dessas igrejas sempre se cingiu ao eventual emprego de restrito vocabulário convencional específico nos exteriores das igrejas, ornatos epidérmicos (volutas, coruchéus, óculos e arcos abatidos), muitos deles de ascendência rococó, transcritos de igrejas pernambucanas ou, mais raro, baianas, nas mais das vezes de modo anacrônico, posto que acolhidos em pleno século XIX. Os retábulos são simplíssimos e poucos, muito poucos aqueles dourados a ouro. Compostos segundo sentimento oitocentista, mostram, numa deriva nacional, “um tratamento de filetes dourados como sinal de escassez aurífera” (MELLO JÚNIOR, 28, 1988, p. 28), enfim, colunas, nicho e trono que valorizam a linearidade decorativa, na verdade, refletindo ecos populares embutidos em mensagens já neoclássicas.

Como já assinalado, quase todas as igrejas cearenses iniciadas no século XVIII permaneceram inacabadas durante aquele período, tendo sido concluídas durante a centúria seguinte, quando sopravam novos ventos estéticos. Além do mais, embora guardassem nas fachadas traços de um barroco, dir-se-ia, sertanejo, muitas delas tiveram seus espaços alterados por introdução de arcaria interna, por influência do plano da matriz da Capital, elevada em 1854 à alta posição de Sé Diocesana. Filiam-se a essas expressões formais mistas a Sé sobralense de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, cujo frontispício é o mais elegante do Ceará, e a igreja do Menino Deus, na mesma cidade; as igrejas icoenses (Matriz da Expectação, Bonfim, Rosário e Conceição do Monte); as igrejas do Rosário e dos Prazeres, no Aracati; as matrizes do Rosário, no Tauá (com nave coberta por uma abóbada de berço), de São José, na Granja e no Aquirás (esta com a fachada de frente em ressaltado poligonal), da Palma, em Baturité, de Santo Antônio, no Quixeramobim. Muitas dessas igrejas cearenses, infelizmente mostram-se prejudicadas pelo desenho oitocentista das torres, estas quase sempre piramidais, por vezes com perfis desproporcionados, até grosseiros, coroa-

mento em moda nos anos finais do século XIX. A concisão do texto impede comentários extensos, de sorte que as referências ora apresentadas restringiram-se apenas a algumas igrejas.

Tombada pelo IPHAN como monumento nacional, faz-se necessária a menção à igreja matriz do Rosário, no Aracati. Deve ser ressaltado o relacionamento formal de sua fachada de frente com padrões setecentistas pernambucanos, congruentes com o período, visto que as obras foram iniciadas em 1761, todavia, ainda em curso um século depois, sem que, aliás, nunca lhe fosse concluída uma das torres. A matriz do Aracati figura, se não como única, pelo menos como uma das raras igrejas cearenses antigas cuja proposta original não foi modificada posteriormente, embora seu plano final, retangular, já o aproximasse das igrejas da primeira metade do século XIX. Os altares mostram aspecto barroco tardio, muito simplificado, quase sugerido. O altar-mor data de 1814 e o altar das Almas, de 1820. O altar da Conceição, cópia literal deste último, é de 1845. Desmontado em 1927, o altar das Almas teve seus componentes dispersos sobre o forro da igreja, onde, escondidos sob espessa camada de poeira, foram encontrados três décadas depois e identificados pelo autor deste trabalho, que lhes procedeu à recomposição por anastilose.

Ocorrência especial, mas conseqüente e de suma importância, a Capitania não conheceu conventos ou instalações semelhantes, centros valiosos de difusão da arte barroca no Brasil. Este fato, aliado à pobreza da terra, ganha significativa importância justificativa para a ausência de obras realmente barrocas no Ceará. A Companhia de Jesus, a única ordem religiosa a se estabelecer arquitetonicamente no Ceará, permaneceu na Capitania, entretanto, por tempo relativamente curto, com ação reduzida a conjuntos missionários, menores ou maiores, marcados por arquitetura efêmera. Como obras de vulto dos jesuítas, restaram apenas a já mencionada Igreja da Assunção, na Viçosa, aliás, praticamente refeita no século XIX, e as ruínas de um hospício no Aquirás, fundado em 1717, concluído em 1753 e demolido em 1854, por ordem dos bispos de Olinda. (LEITE, 1943, p. 80, 83).

3 O Ceará do século XIX

As considerações expendidas sobre as limitadas atividades setecentistas objetivaram fazer claramente perceber que todas as obras ditas

como integrantes da chamada arquitetura antiga cearense são remanescentes arcaicos alterados ou já procedem do século XIX. Não se trata de fato unicamente local, mas comum em todo o País, até em áreas de colonização florescentes nos primeiros séculos. Salvo em certas edificações administrativas ou religiosas, de forte carga simbólica, ou monumentais, pode-se, pois, de modo generalizado, dizer que o casario antigo das cidades brasileiras ou remonta aos Oitocentos ou, em sendo mais antigo, adquiriu, por via de remodelações, aparência formal comum à arquitetura do século XIX.

A organização sócio-econômica oitocentista cearense e o algodão

O cultivo do algodão era corrente em Pernambuco e no Maranhão. Nos anos finais do século XVIII, as lutas pela independência americana provocaram escassez do produto no mercado internacional, já sob controle britânico, fato este indutor do aumento da produção brasileira, ao qual se juntou, na época, um posicionamento econômico lusitano de cunho fisiocrático. Sobre o mais, nos anos derradeiros daquele século, a Capitania se viu assolada por longa seca, quando o rebanho bovino foi em maior parte dizimado. A soma dessas ocorrências redundou na introdução e na expansão do plantio do algodão no Ceará, incentivado por comerciantes portugueses moradores na vila do Forte.

O sedentarismo da cotonicultura, oposto à dinâmica do criatório, em pouco ou nada modificou a vida e a arquitetura do mundo rural cearense, tanto porque a exploração da pecuária extensiva foi mantida paralelamente, tanto porque a nova faina agrícola se apoiava em tarefas quase sempre executadas por mão de obra livre, ao contrário, portanto, dos sistemas de produção impostos pela monocultura escravocrata do Nordeste Oriental. O Ceará, é claro, também conheceu a escravidão, todavia de modo atenuado, quase sempre restrita a encargos domésticos e, portanto, com maior presença feminina, escravidão usada por alguns proprietários nas zonas de pastoreio como forma de ostentação e prestígio.⁵ Esta particularidade notou-a Capistrano de Abreu (ABREU,

⁵ A propósito de escravidão e obras de arquitetura religiosa, vale ressaltar a ocorrência de igrejas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário não apenas na Capital, mas em muitas vilas setecentistas sertanejas cearenses, como o Icó, Aracati, Sobral, Quixe-

1960, p. 261-2), ao analisar aspectos da formação brasileira, fato assinalado também por visitantes contemporâneos do historiador. Conforme o censo de 1872, contando proporcionalmente com o menor contingente de escravos do País (exclua-se o Amazonas, então quase desabitado), pôde o Ceará, por decisão geral de sua população, libertar os cativos quatro anos antes da Lei Áurea.

Autonomia administrativa e desenvolvimento material

Nas últimas décadas do século XVIII, o desejo e a necessidade de alargar a pauta de produção, até então restrita à pecuária extensiva, levou muitos dos dirigentes da Capitania, capitães-mores e ouvidores, a oferecerem informações alvissareiras à Metrópole sobre potencialidades econômicas não exploradas. Criou-se, pois, um clima de expectativas de que resultou a concessão da autonomia administrativa cearense, obtida por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, medida de amplo alcance, provocando transformações imediatas na vida cearense. A nova situação, por um lado, redundava na presença de governadores na Capitania, isto é, de representantes diretos do rei, todos empenhados em demonstrar o acerto da decisão de Sua Majestade. Por outro, franqueava o comércio direto com o Reino e, logo depois de abertos os portos do País em 1808, com todas as nações, ou melhor, obviamente, com a Inglaterra, grande importadora de algodão. Durante

ramobim, além de Russas e Tauá. A devoção a Nossa Senhora do Rosário, cabe esclarecer, firmou-se como preferida dos escravos brasileiros desde as primeiras levas, confundida com Nossa Senhora das Mercês, cuja intercessão redentora era invocada pelas populações ibéricas no distante período da ocupação muçulmana. Essas igrejas, ora mencionadas, localizavam-se coincidentemente nos raros municípios cearenses cujo número de escravos (sempre mais mulheres do que homens) ultrapassava o percentual dos 5%, portanto, superior à média da Província, da ordem de 4,66 %, conforme censo de 1872. Na mesma ocasião, como quota irrelevante numa população total de 721 mil habitantes, vale apontar que, havia no Ceará um total de 233 africanos de origem, dos quais 99 eram escravos, isto é, 62 mulheres e 37 homens! (MELLO, 1911, p. 50-52 - Censo de 1872). Quanto ao fato, esclarece João Brígido: “Até 1818 não tinha havido importação de escravos directamente da costa d’Africa” (BRIGIDO, J., 1919, p. 216), importação a qual, então iniciada, ficou suprimida pouco tempo depois, em 1850, quando da vigência da Lei Eusébio de Queirós, que resultou na extinção do tráfico.

o século XIX, o Ceará, que em 1775 contava com apenas 34 mil habitantes (BRASIL, T.P.S., 1863, t. 1, p. 289), conheceu rápido progresso, como o comprova o aumento da população, que passou, nos dias da Independência, para 125 mil ou para 201 mil habitantes (BRASIL, T. P. S., 1863, t. 1, p. 289), chegando aos 721 mil, no censo de 1872. (MELLO, 1911, p. 50-2).

A pequena vila da Capital, beneficiada com as novas medidas políticas, transformou-se em centro administrativo e em porto de escoamento algodoeiro, duplicidade funcional que lhe deu apoio efetivo para se destacar no cenário urbano cearense, cuja hegemonia começou a se patentear naquele momento.

Em 1812, a vila do Forte da Assunção, embora capital primeira e única da Capitania, era lugarejo praticamente implantado com forma linear à margem esquerda do riacho Pajeú. Na ocasião, conheceu um plano de desenvolvimento em malha ortogonal, oferecido pelo tenente coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet (Vila Nogueira de Azeitão, 1778 - Porto, 1837), oficial português nascido nos arredores de Setúbal. Concomitantemente, Paulet ofereceu o risco da nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, por ele construída em pedra, tijolos e cal, com baluartes à Vauban (CASTRO, 2012, p. 9-72), e também, entre outras obras, levantou um mercado público, demolido em 1930, cuja portada em pedra de lioz se conhece por meio de fotografia antiga.

O traçado em xadrez, proposto por Paulet, era velho conhecido dos portugueses, desde fins da Idade Média, aplicado em algumas “vilas novas” lusitanas. Adquiriu, porém, reconhecimento oficial após a destruição parcial da cidade de Lisboa por terremoto ocorrido em 1755, logo reconstruída consoante um programa elaborado pela equipe técnica do Marquês de Pombal. Traçados regulares, amparados por visões iluministas impregnadas de conceitos racionalistas, serão inúmeras vezes reproduzidos no Brasil setecentista e oitocentista, inclusive na capital cearense, como se assinalou. (CASTRO, 1994, p. 47-51).

Aceitas com interesse desde o primeiro momento pelos edis locais, as ideias de Paulet passaram a caracterizar o espaço urbano fortalezense, cujos habitantes - dirigentes e população, sempre se posicionaram em favor da manutenção do plano em xadrez. O desenvolvimento material, não obstante, processou-se com vagar, pois, ainda em meados do século XIX ou, mais precisamente, em 1859, a cidade continuava

bem pequena, conforme o atesta a *Planta Exacta da Capital do Ceará*, preparada pelo engenheiro e arquiteto pernambucano Adolfo Herbster (1826-1893), contratado pela Câmara havia pouco. Quatro anos depois, em 1863, não se sabe se atendendo a solicitações camarárias ou por deliberação própria, Herbster apresentou um plano de vasta ampliação da Cidade segundo risco ortogonal, plano revisto em 1875, o qual irá definir a *forma urbis* fortalezense e de cuja implantação cuidará persistentemente enquanto viveu. (CASTRO, 1994, p. 84 - 87). O plano recobria as vias radiais primitivas, velhos caminhos de penetração ao interior, que nasciam na Fortaleza da Assunção, todavia, mantidas após a cota de 24,50 m.

Materiais e técnicas de construção

As circunstâncias e a pobreza sempre impuseram o emprego de soluções criativas, contudo, às vezes, precárias. No Ceará, a luta contra um meio adverso conduziu à busca e à adaptação de materiais e técnicas de construção compatíveis com a realidade, a fim de atender, no possível, aos programas edificatórios impostos pelas necessidades imediatas.

Para se fazer ideia dos problemas, bastaria lembrar as dificuldades que retardaram, durante longo tempo, o crescimento da Capital da Província, premido pela pouca disponibilidade de materiais de construção duráveis.⁶ Como gravame, acresça-se, o solo arenoso, que tanto impressionava os visitantes, tais as dificuldades de locomoção, deixando-os aturdidos com ondas de poeira provocadas pelo vento. A reduzida área pavimentada das ruas, executada com arenito do Mucuripe por calceteiros portugueses então contratados, teve os benefícios ampliados somente depois da implantação da ferrovia em 1872/73, quando foi possível transportar granito explorado em pedreiras nas serras próximas.

Sobre o mais, quando a cidade se afastou das margens do riacho Pajeú, surgiram mais problemas gerados pela falta de água potável. Em meados do século XIX, várias medidas foram tomadas a fim de superar o impasse, tais como a abertura de cacimbas públicas no meio de am-

⁶ Na época da instalação da vila, “a falta de materiais foi precisamente um dos motivos para recair a escolha em Aquirás para sede do Hospício [dos jesuítas]”. (LEITE, 1943, v. 3, p.79). A escolha, cabe lembrar, também se deveu a outras interveniências. (CASTRO, 2001, p. 24).

plos espaços retangulares desobstruídos, quase todos transformados nas praças do atual centro urbano. O abastecimento de água extraída de poços profundos, instalados no Sítio Benfica pela firma inglesa Ceará Waters Co. e fornecida em chafarizes localizados em praças, tornou-se inviável durante a grande seca de 1877-1879, além de posteriormente suspenso em definitivo

Também foram descobertas jazidas de cal em municípios vizinhos, já que até então o material de melhor qualidade vinha até de Lisboa, bem como se iniciou o fabrico de tijolos de diatomito, que se tornaram, por longo tempo, característica das obras da Cidade.

A palha e a taipa

Paredes e cobertas de folhas de palmeiras (palha), bem como paredes de taipa de sopapo, ontem e ainda hoje, seriam amplamente utilizadas pelas populações mais pobres. A palha constituía material comum no cotidiano de índios e africanos, com técnicas semelhantes às das coberturas de colmo (espécie de palha), de velhas tradições pré-romanas em Portugal. No que concerne à taipa, sempre executada no Ceará com barreamento aplicado sobre faxina, isto é, sobre cerca de ramos entrançados, pareceria melhor denominá-la taipa de sebe, à moda lusa, visto que, ante as dificuldades de obtenção de madeira, as taipas de pilão ou de paus-a-pique figuram como técnicas de construção desconhecidas no Ceará.

A pedra

A pedra não aparelhada, *opus incertum*, encontrou guarida nas fundações de algumas obras de maior compromisso, utilizando-se arenito de praia ou granito, conforme a disponibilidade. Já a pedra calcácea, pelo menos a aparelhada, passa por desconhecida na arquitetura antiga cearense, salvo nas raras obras executadas, em parte ou até no todo, com pedras de lioz, material importado de Lisboa, neste caso, restrito a pórticos, soleiras, lajes de pisos, lancis, aduelas de cacimbas, lajes sepulcrais ou capelas cemiteriais pré-fabricadas. O arenito local foi utilizado, porém, em ombreiras e vergas de aspecto singelo em al-

gumas portadas de igrejas, apicoado nas faces aparentes. No terceiro quartel do século, estabeleceram-se marmorarias na Capital, dedicadas principalmente à execução de epigrafia em lápides funerárias, à parte o ocasional emprego do material em soleiras.

O tijolo

No Ceará, o uso do tijolo tornou-se corrente desde os tempos antigos. Vale ressaltar que as posturas municipais cearenses do século XIX exigiam fossem construídas de tijolos pelo menos as fachadas de frente das moradas, determinação derogada com o passar do tempo, porém mantida como hábito generalizado, ainda hoje em curso, tão logo as condições econômicas dos proprietários das casas de taipa o permitem. É que, tanto a taipa como a palha, dadas a fragilidade e a pouca durabilidade, sempre figuraram como materiais sem prestígio, provocando discriminações de ordem social.

A fabricação de tijolos vermelhos verificou-se em quase todos os recantos cearenses. Uns, mal cozidos; outros, bem feitos, enormes, ligados com massa de areia, cal de ostras e óleo de baleia, quando em zonas de praia. Nessa arquitetura do tijolo, entretanto, verificou-se insistência do emprego da argamassa de barro e areia, cujos resultados tantas vezes negativos, punham em risco boa parte das obras, que se rachavam, ora sob o peso dos telhados, ora por acomodação do solo, ocado por formigueiros. Essa particularidade construtiva, comum em outras regiões do País, era notada pelos visitantes, que denunciavam as condições aparentemente pouco estáveis de igrejas, edifícios públicos e moradas de gente importante. Em algumas zonas, particularmente na serra da Ibiapaba, preparavam-se adobes, isto é, tijolos crus.

Os tijolos supriram a falta de madeira, sendo intensivamente usados nos arcos das padieiras, nas platibandas ou aplicados em balanços sucessivos, na confecção de cimalthas lançadas no respaldo das paredes externas, neste caso, integrando os perfis executados com massa, destinados a sustentar as telhas das beiradas. Esta solução das cimalthas feitas de tijolos generalizou-se, varando todo o século XIX e invadindo o século XX, embora às vezes substituída, nas obras mais antigas ou menos apuradas, por cimalthas ditas de boca de telha, as beiradas de beira sob beira, isto é, de telhas superpostas, no Ceará,

popularmente denominadas beira sobeira (beira seveira, em alguns pontos do País). Os tijolos eram muito empregados à galga (em cutelo), servindo de arremate às calçadas, fazendo de meio-fio. Também foram largamente utilizados como piso, quando se chamavam ladrilhos, quadrados ou retangulares, uso que exigia cozimento especial, a fim de evitar o desgaste por abrasão. Cuidado semelhante, por outras razões, também era dispensado aos tijolos assentados nos fornos de preparo da farinha.

Na Capital, a falta de tijolos de boa qualidade constituiu por longo tempo um dos empecilhos à expansão urbana, posto que o material de melhor fabrico procedia de longe, preferencialmente do Aracati. Finalmente, como não se achava o barro apropriado para cozimento, começaram a se produzir tijolos de diatomito, obtido no leito das inúmeras lagoas existentes nos arredores da cidade, tijolos brancos, leves, chatos, ainda hoje usados, tijolos “romanos” (pelas dimensões), no dizer de autor abalizado (RODRIGUES, W., 1945, p. 167-8), traço inconfundível da arquitetura fortalezense. A interdição das explorações do diatomito reduziu o preparo dos tijolos brancos, hoje substituídos por tijolos vermelhos, produzidos industrialmente.

As dificuldades da obtenção de material apropriado fez com que ocorresse em pouquíssimas obras o emprego das velhas técnicas de uso simultâneo da madeira e de tijolos, os chamados frontais à galega, ou à francesa, em alguns locais conhecidos por enxaiméis.⁷ A propósito, vale ressaltar que a Casa de Câmara e Cadeia da Caucaia, construída na segunda metade do século XVIII, apresenta paredes internas do pavimento superior, talvez por arcaísmo, executadas segundo a técnica dos frontais.

A carnaúba

Terra de madeira difícil, restrita ao uso do pau branco ou, em obras de maior exigência, ao pau d’arco ou à aroeira⁸, obrigado quantas

⁷ Esclarece Luiz Augusto Leitão: “[...] frontal á gallega, cuja construção é idêntica á do enchamel ou enchemez, conhecido na Beira pela denominação de francezas”. (LEITÃO, 1896, p. 29).

⁸ Em *Plantas do Nordeste*, especialmente do Ceará, Renato Braga discorre sobre a matéria. (BRAGA, pássim. 1976). Por suas propriedades mecânicas e imunidade aos cupins, o pau d’arco (ipê) e a aroeira apareciam como as “madeiras de ar” mais requestadas.

vezes ao uso de espécies quase arbustivas, o Ceará descobriu meios de contornar as dificuldades, recorrendo aos vastos carnaubais que outrora lhe cobriam boa parte do território.

A carnaúba (*copernicia prunifera*) é uma palmeira de belo talhe, comum nas várzeas do Ceará e do Piauí. Diziam-na a “árvore da vida”, porque dela tudo se aproveitava. As folhas, desde os primeiros tempos, serviam de paredes e cobrimento das casas mais pobres. Com elas se faziam chapéus, urupemas, urus, cestos, vassouras. Delas se extraía a cera valiosa, empregada industrialmente tanto para dar lustre a pisos e móveis como na fabricação de velas e discos. Os talos das folhas se transformavam em adufas, nas janelas, ou em brinquedos infantis, à feição de cavalos de pau. Os fustes eram usados como linhas e caibros nas cobertas, e também empregados em obras de marcenaria. Apareciam, ora como cercas, metidos a pique, ora como condutos de água ou calhas de escoamento. Os frutos figuravam como sucedâneo do café, enquanto as raízes serviam de remédio.

Provavelmente, no último quartel do século XVIII, os construtores começam a recorrer gradativamente à carnaúba como “madeira de ar”. De início, empregavam os troncos como linhas, apoiadas em paredes paralelas, com o que se viam obrigados a limitar os vãos em torno dos vinte palmos (4,40 m), medida de comprimento útil da peça. Em uma segunda fase, abertos os troncos ao meio, passaram a ser usados como robustos caibros de apoio à trama do ripamento (Figura 11a). Logo, porém, os troncos foram divididos aos diâmetros, em quatro partes, de modo tal que os caibros passaram a dispensar o uso de ripas, pois serviam de encaixe direto das telhas. Essa técnica de eliminação das ripas, absolutamente generalizada no Ceará do século XIX e ainda comum no século XX (também praticada em outras partes do País, com outras madeiras), tornou-se conhecida por madeiramento de “caibro junto”. Os exemplares mais antigos mostram as fibras internas do tronco voltadas para baixo (Figura 11b), enquanto nos mais novos aparecem

Empregavam-se também outras espécies tais como a andiroba, o angelim, o angico, o cedro, a maçaranduba, o pereiro, ainda que fosse amplo o uso do pau branco, decorrente da oferta e do preço. À medida que as serras conheceram desmatamento, quer para extração de lenha, usada em fogões e fomalhas, quer para o cultivo do café, ocorreu importação de madeiras da Amazônia, já corrente nas décadas finais do século XIX.

aplicadas de modo inverso, com as fibras tocando as telhas, neste caso, com a secção dos caibros melhor acomodada (Figura 11c).⁹

Nos primeiros decênios do século XX, a valorização da cera da carnaúba no mercado internacional, reclamada por vários usos industriais, levou à suspensão do corte da planta. A posterior substituição do produto por sucedâneos sintéticos praticamente eliminou a demanda da cera, embora o fuste da palmeira já não voltasse a ser utilizado como material de construção.

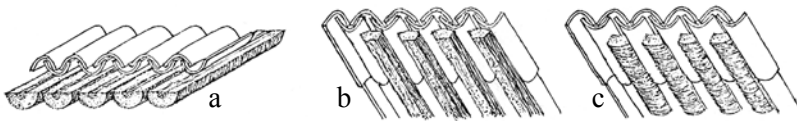


Figura 11 - a, b, c. **Evolução no uso de “caibros juntos” de carnaúba nas estruturas de cobrimento.** 1. fuste cortado ao meio recoberto pelas telhas. 2. fuste cortado em quatro partes, aplicado com fibras para baixo. 3. fuste cortado em quatro partes, aplicado com fibras para cima, de modo a facilitar o encaixe das telhas com secção em v. Desenho do autor. (CASTRO, 1987, p. 308, fig. 517).

Telhas, cobertas e forros

Apesar das dificuldades iniciais, inclusive na Capital, sempre se praticou o cobrimento com telhas de barro, em canudo, às quais ainda até hoje recorrem as próprias moradas mais pobres, em contraste com as paredes, feitas com materiais precários. De modo geral, as telhas eram enormes, tanto maiores quanto mais antigas. Peças de fabrico artesanal, como nota curiosa, ganharam secção em v, forma que lhes foi dada certamente para adaptá-las ao sistema de “caibros juntos”.¹⁰ As telhas planas, ditas francesas ou de Marselha, somente foram empregadas no século XX, restritas à Capital e, ainda assim, em curto pe-

⁹ O emprego de “caibros juntos” de carnaúba ocorreu aos poucos, misturado com ripamento de cedro e madeiras afins, tal como ainda se pode ver na pequena casa natal de José de Alencar, nos arredores da Messejana, provavelmente construída em 1805.

¹⁰ O autor localizou telhas com secção em v nos arredores de Braga, em Portugal. Freire Alemão, palmilhando os sertões cearenses, alude a “telhas angulosas em vez de curvas” (ALEMÃO, MS. BNRJ).

riodo. Também eram chamadas paraenses, pois, antes de conhecerem fabricação local, as primeiras remessas vinham de Belém.

Não era costume forrar os compartimentos das casas, fosse pela limitação do uso de madeiras, a fim de não agravar os orçamentos, fosse para favorecer a circulação do ar, obtida por convecção, através das frestas das cobertas de telhas vãs ou obter iluminação diurna, por meio de telhas de vidro, usuais já no século XIX. Difundidos à medida que passa o tempo, os forros de madeira encontraram aplicação, entretanto com incidência maior nas casas de vulto, entabeirados e restritos geralmente à sala de visitas ou a algum cômodo de prestígio. De início, aparecem tábuas justapostas, tomadas com mata-juntas, depois, em meia madeira e, finalmente, aquelas do tipo de saia e camisa. Na virada do século XIX, tornou-se comum rasgar os forros em faixas preenchidas por painéis entreliçados, os quais, embelezando os ambientes, beneficiavam o conforto ambiental, promovendo a tiragem de ar. Muito raro se notam aplicações de elementos decorativos nos forros, ocasionalmente, florões usados com referência ao ponto de descida de luminárias. Com frequência também se empregavam os forros de lona, ou melhor, de aniagem, não sendo usual, pelo acúmulo de poeira, a palha em faixas entrançadas, comum em outras regiões.

Muitas igrejas não possuíam forro, quando muito limitado à capela-mor ou à nave principal. Neste caso, empregava-se o tabuado de saia e camisa, pendurado por travejamento atirantado nas linhas das tesouras, embora uma ou outra igreja mostrasse forro em gamela, com aproveitamento da forma reentrante das tesouras de linha alta. Não há pintura de forros de alta valia, salvo aquela já referida, aliás, datada da primeira metade do século XVIII, na Matriz da Viçosa, antiga igreja jesuítica. Como obras já oitocentistas, citem-se a representação da Sagrada Família, em relevo, no forro da nave da igreja do Menino Deus, no Sobral, e a seqüência de pequenos painéis historiados que se vêem na capela-mor da Matriz de São José, no Aquirás, pintura ingênua, por certo transcrita de gravuras eruditas, pertinentes à vida do orago.

Revestimentos e cores

Não havia grande variedade cromática, dado o uso corrente de pigmentos minerais. Os exteriores podiam aparecer inteiramente pintados de cal, mas em muitas obras os panos recebiam tons suaves, ama-

relos ou, mais raro, em outras cores, deixando-se o branco para os ressaltos. Às vezes, empregavam-se cores cinza, nas edificações públicas, imitando a aparência do granito. De modo geral, prevaleceram os amarelos, ou melhor, as superfícies pintadas de ocre, menos sujeitas ao desbotamento provocado pela luz forte da terra. Com pequenas variações nas tonalidades, os amarelos também apareciam como cor usada nos panos de fundo, deixando-se os brancos para as saliências decorativas, como já se assinalou. Nas igrejas, pelo lado externo, ao pé das paredes caídas, tornou-se comum pintar uma barra preta de alcatrão, à guisa de rodapé de defesa contra as águas das chuvas. Internamente, optava-se pelo branco, a fim de clarear os ambientes, dedicados ao culto.

Como valorização dos paramentos, recorria-se à execução pouco dispendiosa de ressaltos ornamentais em massa, à imitação de pedras aparelhadas, mas pouquíssimos os frisos externos, executados sobre relevo. Apesar do reduzido emprego no Ceará, acrescenta-se o eventual revestimento parietal exterior com azulejos, moda oitocentista brasileira logo introduzida em Portugal como contribuição de emigrantes enriquecidos, retornados às suas origens. Aplicavam-se então nas fachadas peças já produzidas industrialmente e, portanto, mais baratas, os chamados azulejos estampilhados, portugueses ou de outras origens, geralmente limitados a barras, quando nos interiores.¹¹ Toque de requinte, mínimo, aliás, algumas casas mostravam nas paredes internas frisos com padrões fitomórficos, executados com a ajuda de estresidos e, em raríssimas ocasiões, ocorreu uso do papel de parede importado. Como reminiscências coloniais, as portas recebiam

¹¹ A propósito, diga-se que o Ceará somente conheceu azulejos estampilhados, produzidos depois das primeiras décadas do século XIX, de fabricação já industrializada. Vale aduzir que os azulejos de épocas anteriores, artesanais, artisticamente mais valiosos, apresentavam “cenas” (painéis figurativos) ou unidades que formavam “padrões”. Ao longo dos Setecentos, prevaleceram peças com tonalidades azuis, as quais se viram substituídas pelos amarelos na transposição do século, então arranjadas com tratamento linear, de gosto neoclássico. O Brasil antigo nunca fabricou azulejos, técnica procedente do Oriente Médio, propagada no sul da Itália, e logo na Espanha e em Portugal. Azulejo é palavra difundida pelos árabes, como assinala frei João de Sousa: “AZULEJO – *Azzalujo*. Espécie de ladrilho pintado, e vidrado usado entre nós [Portugal], e bem conhecido. Deriva-se do verbo *zallaja* ser lizo, escorregadio.” (SOUSA, 1789 [1981], p. 70). A expressão *azulejo azul*, como se vê, não constitui pleonasma...

os azuis, os verdes, em tonalidades fortes, se bem que fosse comum pintá-las de um vermelho queimado, dito sangue de boi, às vezes bastante escuro. No avançar do século, apareceram nas esquadrias os cinzas e os brancos.

Como cunho identificador de algumas obras do século XIX, ou talvez mais antigas, entrou em uso um revestimento, substitutivo da pintura, que hoje se torna difícil reproduzir, espécie de estuque, executado com a própria massa do reboco peneirada, proporcionando uma textura lisa, quase brilhante, de longa duração. Popularmente conhecida por “esguarnecido”, consta dos livros portugueses oitocentistas de construção como *guarnecido*, isto é, o *guarnecimento a branco e a cores*, de que falam Luiz Augusto Leitão e João Emílio Segurado. (LEITÃO, 1896, p. 269; SEGURADO, [s.d], p. 145-6). Algumas vezes, o “esguarnecido” incorporava clara de ovos à massa, resultando paramentos revestidos por uma espécie de *têmpera*. Na Capital, em fins do século, nos exteriores de casas comerciais e residenciais, ocorreu a moda dos *guarnecidos* em faixas horizontais vermelho-escuras e brancas.

4 Neoclassicismo no Ceará

Os termos correntes em história da arte e em história da arquitetura, nasceram, em boa parte, de apreciações muitas vezes jocosas, feitas por contemporâneos ou pósteros. Arraigados de modo tal, não se lhes consegue, entretanto, evitar o emprego, sejam quais forem as discordâncias quanto à sua real e justa significação.

Eis por que, conquanto discutíveis, neste texto se acatam expressões tais como *neoclassicismo* e termos assemelhados, admitidos com o intuito de identificar formalmente numerosas obras brasileiras (cearenses) executadas no século XIX. Na realidade, não há como fugir à terminologia que se enraizou, cujas amplitude alcança até realizações de cunho popular, designadas sob aquela denominação tão apenas porque valorizam a simetria a eixos de composição ou se adornam com uns raros elementos, formais ou decorativos, tomados como emblemas lexicais, apropriados de matrizes neoclássicas importadas.

Não se deve esquecer de que nas edificações neoclássicas européias, evidentemente, o espaço e os sistemas construtivos, que presidiam

à elaboração das obras, resultavam de condições sociais, econômicas e artísticas outras, integrantes de um processo histórico em pouco ou nada correlacionado com a realidade brasileira.¹² Deste modo, a adesão ao emprego de um vocabulário arquitetônico de procedência erudita, procurava nobilitar obras singelas, tantas vezes populares, a fim de fazê-las ascender à elevada categoria de realizações de alto prestígio estético e social.

Características locais

Como se disse, o chamado neoclassicismo cearense (e brasileiro) privilegiava o léxico, em detrimento da sintaxe, conquanto esta surgisse discretamente em muitas composições, definidas pelo emprego de eixos de simetria e por volumetria compacta ou blocos interpenetrados.

Nas casas urbanas brasileiras, em maioria com plantas marcadas por um longo corredor lateral, o emprego de eixos de simetria ficava inviabilizado, fato percebido com ressalvas pelo francês Louis Léger Vauthier, ao deparar a tipologia das moradas do Recife¹³, cuja disposição em planta decorria da forma dos lotes, estreitos e compridos, comuns no País. O desencontro histórico, nascido da aplicação de desenho moderno sobre substrato antigo, fatalmente iria refletir-se nos exteriores do edifício, isto é, na consagração de um vocabulário plástico formado por colunas, pilastras, frontões, cornijas, platibandas lisas ou decoradas, estas mais raras, e, principalmente, portas e janelas encimadas por vergas de arco pleno. Enfim, o emprego de um *maquillage* decorativo de feição neoclássica, logo generalizado.

¹² Entre outras ponderáveis fontes setecentistas europeias, “a arte neoclássica [seria] originária da cultura iluminista”. (ARGAN, 1993, p. 198).

¹³ Louis Léger Vauthier (1814-1891), jovem engenheiro francês, viveu no Recife entre 1840 e 1846, contratado pelo governo de Pernambuco. Efetuou valiosas observações em suas *Cartas* e em seu *Diário* sobre arquitetura brasileira de morada e o consequente relacionamento com valores da sociedade patriarcal. A propósito das ordenações espaciais de viés neoclássico, assinala: “E, contrariando as leis da simetria, tão caras ao coração dos brasileiros, a porta quase sempre fica de um lado, enquanto as janelas formam um pequeno par.” (VAUTHIER, 1943, p. 170-171). *As Cartas e o Diário* foram também publicados por Gilberto Freyre, acompanhadas de comentários. (ver FREYRE, 1960, 2. v., p. 850).

Forma arquitetônica

Uma das origens das modificações morfológicas solicitadas pelo neoclassicismo brasileiro, procedia da valorização social da via pública, operada no Segundo Reinado. As novas posturas urbanas passavam a exigir o controle da queda das águas pluviais nas ruas, anteriormente lançadas direta e indistintamente das beiradas, mas agora disciplinadas pelo emprego por buzinetes (os “jacarés”, no dizer popular) que vertiam das calhas, estas quase sempre contornadas externamente por platibandas pontuadas por pinhas, jarrões ou estátuas. Por outro lado, lisas, perfuradas ou em balaustradas, as platibandas pareciam conferir maior porte aos edifícios, aliás, conforme o ensejo, às vezes apresentados à romana, quer dizer, sobre plataformas cujos patamares eram galgados por escadas ou escadarias.

Em termos de cena urbana fortalezense, a busca de organização premeditada do espaço por meio de eixos de simetria ordenadores, em particular nas casas de fachadas mais largas (“casas de cinco portas”), correlacionava-se com o risco reto das ruas e retangular das praças, enfim, condizia com o traçado ortogonal da cidade, de vertente histórica ligada ao neoclassicismo. Em termos nacionais, com maior ênfase quando se tratava de edificação pertencente a alguma figura expressiva da vida imperial, na Corte ou nas províncias, todos aqueles elementos normativos reuniam-se de modo conciso em favor de um enobrecimento do edifício, posto que a economia de meios, como expressão formal, sempre foi um dos traços marcantes das obras clássicas ou com tal aspiração.

Ao aparato formal, junte-se ainda a exigência de atendimento a tipos de fenestração constantes das posturas, as quais determinavam o dimensionamento homogeneizado de janelas e portas, mais cuidadas e um tanto padronizadas com o passar do tempo, favorecendo os efeitos rítmicos de repetição. As determinações oficiais também interferiam externamente na altura das cimalthas e das platibandas, bem como nas portas internas.

No caso especial das casas de esquinas, urbanas, inseridas no alinhamento da quadra, o uso da platibanda de contorno exigia total modificação no desenho das tradicionais cobertas de duas águas, do que, na Capital, resultou a eliminação dos elevados oitões voltados para

as travessas laterais, usuais no Ceará da primeira metade do século XIX. Em conseqüência, tornou-se comum recorrer aos telhados de três águas, agora com ponto mais baixo. Comparação entre edificações mais antigas com aquelas mais novas, ainda pode ser efetuada em cidades como o Icó, o Aracati e o Sobral. Nesta última, muitas vezes as cobertas tradicionais de duas águas foram mantidas, oferecendo-se, porém, em troca, tratamento especial às empenas dos oitões, curiosamente transformadas e valorizadas como frontões, articulados ao restante da fachada por meio de janela ou janelas. Esta solução de compromisso entre o passado e o presente impressionava a sensibilidade daqueles que, como Antônio Bezerra, visitavam a cidade no último quartel do século XIX. (BEZERRA, 1965, p. 306).



Figura 12 - Sobral. Casa de oitão enobrecido. Segunda metade do século XIX.

Oitão transformado em frontão tratado com referências neoclássicas, mostrando a cimalha horizontal cortada por janela ou janelas de rasgo, que servem de articulação entre o triângulo de arremate e o retângulo de base. Solução inconfundível e característica do Sobral oitocentista. Foto do Autor, 1973.

Quanto aos arcos de meia volta (em semicircunferência), emblema neoclássico, cuja aplicação se generalizou, tratava-se de novidade construtiva executada sem problemas para a estabilidade das obras. Implantados com a ajuda de cambotas padronizadas, apareciam defendidos por arcos de descarga sobrepostos, isto é, por arcos aba-

tidos, escondidos pelo reboco e já empregados em períodos anteriores. Havia também vergas retas, às quais sempre se sobrepunham obrigatoriamente os arcos de descarga, às vezes encimadas por tímpanos triangulares fingidos, usados em obras de maior vulto. O aumento do número de vãos nas fachadas, conduziu à gradativa redução dos cheios, ocorrência que permite distinguir visualmente as obras mais novas e as mais antigas. (COSTA, Lúcio, 1937, p. 37-39).

Plantas das casas

Ocorriam diferenças entre as plantas das casas rurais e das casas urbanas, aquelas, isoladas no meio dos terrenos e estas, contíguas, de paredes meias com os vizinhos, formando conjuntos. De modo geral, nas casas rurais de maior porte havia sala na frente, duas filas de quartos ladeando um corredor central e alpendre de serviços nos fundos, com depósito de gêneros. Era comum um alpendre de estar, pelo menos à frente, cujas dimensões e cuja ampliação ao contorno, como já se disse, ficavam correlacionadas com a insolação e, principalmente, com as posses do dono da morada. Nas casas menores, as soluções se ajustavam às necessidades sociais, mínimas, aliás. Na zona do criatório, em particular nos Inhamuns certamente por influência do prestígio do Icó, ocorriam plantas curiosas em muitas casas de fazenda, cujas amplas fachadas de frente como que resultavam da justaposição de uma sequência de fachadas de pequenas casas de padrões urbanos, fingindo conjuntos de moradas contíguas, em vez de uma unidade domiciliar única.

Quanto às casas térreas urbanas, ressalte-se que as diferentes regiões brasileiras guardavam entre si forte semelhança, sem dúvida provocada pelas dimensões dos lotes, sempre estreitos e compridos, de procedência colonial, ou mais, de longínqua tradição medieval. As impressões deixadas por visitantes e a observação direta de exemplos remanescentes comprovam a assertiva, justificando a conhecida declaração do engenheiro francês Louis Léger Vauthier (1943, p. 170-1): “Quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (FREYRE, 1960, 819), sempre traindo uma “monotonia desesperadora” (FREYRE, 1960, p. 849). As considerações de Vauthier sobre as casas urbanas térreas, em especial as construídas com tijolos, podem ser estendidas ao País. O Ceará, é claro, não fugiria à regra.



Figura 13 - **Casa da fazenda Belmonte, Inhamuns, CE.**

Conquanto se trate de uma única morada, a fachada e a coberta se assemelham a um conjunto de casas dispostas ao longo de uma rua, sem dúvida, solução eleita sob influência e prestígio da arquitetura urbana da cidade do Icó.

Foto: J. J. Rescala, 1941 – Arquivos do IPHAN.

Nas cidades cearenses, com ênfase na Capital, prevaleceu a tipologia nacional da casa de corredor, ditada pela maior ou menor largura dos lotes, desenvolvendo variantes tipológicas locais, conhecidas popularmente por designações próprias. Assim, implantadas nos lotes mais estreitos, as casas de “duas portas” constituíam um modelo básico, tendo uma sala à frente, seguida de um ou dois quartos, sala de jantar nos fundos, cômodos estes todos interligados por um corredor e complementados pelos compartimentos de serviço, nos fundos, após os quais, finalmente, vinha o quintal, ensombrado com árvores frutíferas e geralmente beneficiado com uma cacimba. As casas de “três portas” repetiam a mesma planta básica, mas introduziam um compartimento de recepção à frente, conhecido por “entrada”, que antecipava o imprescindível corredor, ao longo do qual se alinhavam dois ou três quartos. As soluções com “entrada” valorizavam socialmente a morada, porque deixavam a sala de visitas isolada de fluxos nascidos de solicitações múltiplas. As casas de “quatro portas” reproduziam a planta da casa de “três portas”, justapondo, à “entrada” e ao corredor, uma fileira de cô-

modos estreitos, encabeçados pelos chamados gabinetes. A coberta, em todos os casos, ficava sempre resolvida com duas águas, em cangalha, ajustadas, por um rincão, ao telhado em meia água que cobria o prolongamento da casa, ocupado pelo setor de serviço. Na Capital, os prédios térreos de esquina, de função comercial, aproveitavam o pé direito elevado, construindo sótãos de morada, iluminados por um correr de pequenas janelas abertas sob a cornija de contorno e a platibanda.

Numerosas eram as casas pequenas e pobres nas quais os usos não impunham diferenciação espacial ou social. Denominavam-se casas de “meia-água” porque tinham telhado com aba de um só caimento, voltada para o quintal. A fachada, muito estreita, quase sempre admitia duas portas, mas às vezes, apenas uma. Como acesso a casas mais modestas, urbanas e rurais, tornou-se comum o emprego das “portas roladas”. Para tal, seccionava-se horizontalmente a folha ou uma das folhas da porta, ao meio, permanecendo a parte inferior fechada com ferrolho, à feição de peitoril, enquanto o trecho superior se abria, como janela. Vale lembrar que o termo “rolada”, no sentido de cortada, decepada, era usual em expressões populares tais como “rolou um dedo”, “rolete de cana”.



Figura 14 - **Casa do Capitão-mor. Sobral-CE.**

Pequena casa do capitão-mor (municipal) José de Xerez Fuma Uchoa, erigida na segunda metade do século XVIII, contemporânea dos primórdios da cidade. Observar o emprego de “porta rolada”. (Foto SOBRAL, SOLAR, p. 49).

Os sobrados

Os sobrados figuravam como tipologia arquitetônica de alta expressão social no Brasil antigo.¹⁴ Comuns em suas versões urbanas, apresentavam-se como edificações de dois ou mais pavimentos, nas quais o rés do chão aparecia ocupado com atividades comerciais, enquanto os demais andares abrigavam morada dos senhores, dos agregados e dos fâmulos.

Os pavimentos em sobrado reproduziam de modo geral as plantas das casas térreas, adaptadas para receber inserção das escadas internas, além de acrescentadas, nos fundos, com escadas de alvenaria, descobertas, para descida ao quintal. Na verdade, embora parecessem amplas casas térreas desenvolvidas em pavimento superior, os sobrados brasileiros guardavam semelhanças, porém conheciam diferenças nas plantas. Pode-se, pois, falar em sobrados maranhenses, pernambucanos, baianos, cariocas, mineiros ou ainda com mais variantes, sempre definidos pela largura dos lotes, com evidentes conseqüências na fenestração das fachadas, no lançamento das escadas e nas formas das cobertas. (CASTRO, 2013: 58-62). No capítulo das diferenças formais, vale lembrar que pouquíssimas vezes os sobrados cearenses apareciam arrematados por mirantes, apêndices de emprego generalizado no vizinho Maranhão.

O exercício de diferentes funções no pavimento térreo, alheias à vida familiar dos proprietários, implicava o desenho da planta do sobrado. Assim, quando dedicado exclusivamente ao comércio, ficava eliminado o longo corredor lateral de acesso direto da rua ao quintal, pois o saguão de entrada social conduzia diretamente à escada que, com lanços em reta, levava ao pavimento superior. Em outras situações, procurava-se obter solução intermediária, alargando-se o corredor de modo a conter a escada e, ao mesmo tempo, dar passagem ao quintal, caso em que a escada ficava bastante estreita. Às vezes, para ligação da rua com o quintal, a escada, ao se expandir, preenchia toda a largura do corredor

¹⁴ O engenheiro Vauthier, já mencionado, assinalava em suas cartas sobre arquitetura brasileira: *Na classificação das habitações, o sobrado significa a aristocracia e a casa térrea, a plebe. Habitar um sobrado é o objeto único de certas ambições e a condição obrigatória de certas posições sociais.* (VAUTHIER, 1943, p. 170-171). A opinião de Vauthier foi transcrita por Gilberto Freyre. (ver FREYRE, 1960, 2. v., p. 853).

no térreo, mas, uma vez alcançado um primeiro lanço, findava a meia altura, em um patamar. Nesse ponto, a escada tanto se dirigia ao pavimento superior como prosseguia em linha reta para o quintal, entalada no corredor, com degraus de descida que reconduziam ao piso do térreo. Caso não houvesse uso comercial explícito, que exigia espaço contínuo, após fletir em esquadro, a escada podia atingir o pavimento superior, com lanços de ida e volta, transversais, ocupando posição habitualmente destinada a um dos quartos. Deste modo, o espaço, que eventualmente sobrava entre o fundo da escada e o oitão oposto ao do corredor, transformava-se em pequeno oratório familiar. Em quaisquer hipóteses, o pavimento superior era alcançado em ponto já central do sobrado, isto é, posterior ao ponto de acesso direto aos compartimentos de uso social, que se abriam para a rua, mantidos isolados e, portanto, valorizados. Todas essas disposições espaciais acima referidas encontraram larga aceitação nos sobrados cearenses, sendo comum transformar o alto desvão das cobertas em sótãos habitáveis, com janelas abertas sobre as casas vizinhas, hábito interditado posteriormente pelo Código Civil.

De início, por falta de disponibilidade de madeira, evitavam-se as janelas de rasgo, substituídas por peitoris de alvenaria, solução comum na primeira metade do século XIX. Ainda assim, havia guarda-corpos de madeira, excepcionalmente resolvidos com painéis entreliçados, resquícios de muxarabis, arabismos vistos em obras de fins dos Setecentos, como no demolido Sobrado das Corujas, no Aracati. Depois de meados do século XIX, os vãos recebem rasgo até o piso, requerendo gradis de defesa em sacada, conhecidos no Ceará por varandas, executados com barras de ferro chato, forjado, repetindo à exaustão um padrão comum em todo o Brasil e até em Portugal, com variações eruditas. Essas varandas podiam ficar entaladas nas ombreiras ou sacadas, apresentando-se ora singelas, isto é, isoladas em cada vão ora, corridas, em balcão, estas mais raras.

Com o tempo, por influência francesa, às folhas cegas das esquadrias, então usuais, aplicaram-se folhas sobrepostas, envidraçadas ou em venezianas, com palhetas horizontais (“*tabletas*”, no Ceará), nas mais das vezes, com vidro e fasquias empregados na mesma folha. Tais inovações requeriam a aquisição de dobradiças já industrializadas ou produzidas por imitação, no local, artesanalmente. Por tais razões, descartaram-se os velhos gonzos de procedência setecentista, com giro

sobre “cachimbos”, espécie de pivôs encaixados em ombreiras maciças, de madeira com secção quadrada, substituídas aos poucos por marcos de tabuado, espessos de uma polegada, conhecidos no Ceará como “forramentos”, “forramentas” ou “forras”.

Valorização simbólica do sobrado

A valorização simbólica do sobrado também ocorreria no Ceará, todavia limitada às contingências do meio, já comentadas. Na verdade, os sobrados nunca foram numerosos, embora marcassem a paisagem de algumas cidades, principalmente o Aracati e o Icó.

Na Capital, ou porque não favorecessem uma sociedade tipicamente patriarcal ou por falta de meios materiais, os sobrados conheceram um processo de difusão retardada, preteridos pelas moradas térreas. Ainda assim, Studart contava-os em quase cem, no findar do século XIX. (STUDART, 1887, pág. 355). Não assumiam aspectos característicos, mas reproduziam de modo geral as plantas das chamadas casas térreas de “três” e de “quatro portas”, patenteando, como já mencionado, um reduzido jogo de variantes espaciais, decorrentes do modo de implantação das escadas, estas executadas sem aparato. Não obstante já houvesse um ou outro exemplar de pequeno vulto nos começos do século XIX, os primeiros grandes sobrados fortalezenses somente foram edificadas depois de 1825. Além de tardio, o ciclo de construção de sobrados na Capital, vale ressaltar, não se prolongou por muito tempo, visto já mostrarem perda de prestígio no último quartel do século, pois, à volta de 1880, surgiam casas de porão baixo afastadas das divisas laterais dos lotes, conquanto ainda dispostas no alinhamento das ruas.

Localização urbana e prestígio social

Na Capital, em face do traçado em xadrez, a posição do lote valorizava social e imobiliariamente as casas conforme a incidência da insolação. Em consequência, aquelas localizadas nas ruas norte-sul, com frente voltada para o leste, desfrutavam de especial condição. Chamavam-se casas do “lado da sombra”, porque recebiam frontalmente, na sala de visitas, o sol matinal benfazejo e a contínua ventilação amenizadora, além de permitirem que à tardinha a família pudesse es-

parecer à frente da casa, todos sentados à calçada, formando rodas de conversação. O mesmo não ocorria nas casas do “lado do sol”, cuja sala de visitas, exposta ao sol quente da tarde, obrigava à reclusão, ao encontro familiar no alpendre da cozinha ou no quintal. O traçado urbano também propiciava um terceiro tipo de lotes, localizados nas “travessas”, isto é, nas ruas leste-oeste. Resultavam do aproveitamento dos quintais das casas de esquina, divididos em pequenas parcelas ocupadas por uma seqüência de quartos onde vivia gente menos favorecida, dedicada a tarefas humildes. Morar em “casa de travessa” redundava em demérito social.

Perto do fim do século, muitas famílias abandonam o trecho compacto da Cidade, na busca de viver em arrabaldes tranqüilos, onde pudessem desfrutar das vantagens da vida urbana em meio às delícias do campo. Prosperam as chácaras, que elegem os chalés como tipologia de morada. Estes últimos, os chalés, introduzidos no Brasil nas décadas iniciais do século XIX por suíços imigrados na serra dos Órgãos, nas proximidades da Corte, caracterizavam-se por telhados com duas águas, longitudinais, que vertiam lateralmente, quase sempre sobre alpendres, amenizadores do clima.¹⁵ Os chalés recebiam tratamento decorativo característico, com sancas de madeira apostas às beiradas em tiras rendilhadas, conhecidas por lambrequins ou sinhaninhas. (CASTRO, 2004, p. 83-114). A introdução do emprego das serras “tico-tico” facilitou a execução desses adornos com desenhos rebuscados.

Os projetistas

No capítulo da difusão do neoclassicismo no Brasil, deve-se declarar que a arquitetura cearense nunca manteve qualquer ligação direta com a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, apesar do alto prestígio desfrutado por aquela instituição. Os projetistas ativos no

¹⁵ Temor e defesa contra a canícula permanecem até hoje. O receio da insolação perdura nos novos tipos de morada, entre os quais, nos altos edifícios de apartamentos, uma vez que o conforto ambiental obtido por meio de processos artificiais resulta caro, particularmente em fachadas expostas a determinadas orientações. Eis por que, ainda nos dias atuais, os anúncios de venda de apartamentos de luxo, climatizados artificialmente, insistem em proclamar que o edifício “é todo voltado para o nascente”.

Ceará durante o século XIX eram ou se diziam engenheiros, militares ou civis, estrangeiros ou filhos de estrangeiros, tais como Paulet, Seraine, Seiffert, Gouveia Filho, Herbster, Berthot, Foglare, Pierrelevée, Privat, todos membros dos quadros profissionais do governo ou visitantes contratados para gerir obras públicas, muitos dos quais se radicaram na Província. (STUDART, 1918, 1919, 1920 e 1922, passim). Acrescentem-se referências a alguns mestres de obras portuguesas e cearenses, acompanhados do nome de Pedro Théberge, médico francês e historiador, autor de obras arquitetônicas no Cariri e no Icó, onde viveu.

Obras cearenses ditas neoclássicas

No caso brasileiro (particularmente do Ceará), os vocábulos “neoclássico” e “neoclassicismo” ganharam uso amplo, até popular. Pelas razões anteriormente expostas, embora com reducionismo sígnico, o termo aparece aplicado a toda e qualquer edificação mais antiga que se apresente simplesmente marcada pelo emprego de platibandas lisas e com fenestração encimada por arcos plenos, em particular, se mostra um frontão triangular enobrecedor. Considerada a matéria sob vistas tão abrangentes, seria relativamente numerosa a relação de obras entendidas como neoclássicas, em boa parte, é pena, descaracterizadas ou demolidas. Considerado, porém, o acervo cearense sob aspecto mais restrito, a lista se reduziria à citação de exemplares de reconhecido interesse arquitetônico, como ora se faz.

Obras públicas na Capital

A mais antiga obra do ciclo neoclássico do Ceará seria a portada de pedra lioz do primitivo mercado da Capital, já referido, obra de Paulet, portada desaparecida quando da reconstrução do mercado em 1930.

Nas províncias, no transcorrer do século XIX, em obras oficiais, a par de uma ou outra realização de antigos alunos da Academia Imperial, prevaleceu o neoclassicismo dos engenheiros militares formados pela Escola Central do Exército, com projetos apoiados nos conceitos de economia, isto é, despojamento formal e simplicidade de fun-

cionamento, elaborados segundo tratadistas italianos, como Vignola, e franceses, principalmente, Durand.

Em termos fortalezenses, a lista das obras eruditas de maior valor é encabeçada pela antiga sede da Assembleia Legislativa Provincial, hoje Museu do Ceará, edificação de prestígio nos quadros do neoclassicismo brasileiro, tombada pelo IPHAN como monumento nacional brasileiro. Adolfo Herbster, já citado, considerado o autor do projeto, dirigiu as obras por longo tempo, em particular no período de encerramento dos trabalhos, aliás, iniciados em 1856 e somente concluídos em 1871.

O projeto do edifício evidencia claro relacionamento com as concepções neoclássicas acatadas na Escola Central do Exército, consoante lições hauridas nos métodos de *composição arquitetônica* expostos por Durand na École Polytechnique de Paris, instituição paradigma da congênera militar brasileira.¹⁶ A entrada nobre do edifício faz-se através de um pórtico de pedra lioz, vindo de Portugal e resolvido segundo os padrões da chamada ordem dórica simplificada, sem dúvida, transcritos com fidelidade de alguma versão do tratado do Vignola (VIGNOLA, 1953), aliás, autor difundido no País segundo interpretações nacionais. (RAINVILLE, 1880). O pórtico leva a um espaço de recepção que conduz a uma escada de aparato, com degraus de madeira, os quais, todavia, não atendem a certas regras ergométricas. A cobertura do prédio, desenvolvida em quatro águas, apoia-se numa sequência de tesouras ditas paladianas, reforçadas por tirantes de ferro. O plenário e as salas de recepção funcionavam no pavimento superior, outrora forradas com papel de parede importado da França. Nos compartimentos térreos, reservados aos serviços burocráticos, os corredores de circulação do público aparecem revestidos com barras de azulejos estampilhados e as esquadrias da edificação refletem apuro de cunho erudito, patente na obra.

¹⁶ A Repartição de Obras Públicas da Província, por bom tempo dirigida por Herbster, contava em sua pequena biblioteca com exemplares dos tratados da autoria do arquiteto francês Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1834), tais como o *Précis de leçons d'Architecture données à l'École Royale Polytechnique* e o *Recueil et parallèle des édifices à tout genre, anciens et modernes* [...]. Como se pode inferir, os tratados de Durand, nome de alto prestígio (ver SZAMBIEN, 1984), eram utilizados no Ceará correntemente por Herbster e contemporâneos, profissionais formados pela Escola Central da Corte.

Obra oficial de meados do século é a Cadeia Pública da Província, hoje transformada em centro de vendas de artesanato. Iniciada em 1850, materializou projeto do jovem e malgrado engenheiro militar, o primeiro tenente Manoel Caetano Gouveia Filho (1824-1852), cearense, filho de rico português homônimo. O projeto cumpria determinações do Ato Adicional de 1834, expedido na época da Regência, que retirou das câmaras municipais os poderes de detenção, transferindo-os para os governos provinciais. A edificação contemplava deliberadamente os mais recentes conceitos de respeito à vida prisional, com celas amplíssimas, aeradas, prevendo compartimentos destinados ao trabalho dos detentos, além de oferecer pátios circundantes como solário. (GOUVÊA, 1936, p. 136-140). No período em que dirigiu as obras, vale patentiar, Gouveia somente admitia trabalhadores livres. Como solução raríssima no Ceará, o prédio conta com uma escada helicoidal de madeira, de belo desenho, semelhante àquela que havia no sobrado do Barão de Ibiapaba, hoje demolido.

Na Capital, deve ainda ser mencionada a Estação Ferroviária Central, inaugurada em 1882, erguida segundo projeto de vertente paladiana devido ao austríaco Henrique Foglare, também autor do pequeno prédio da Escola Normal, inaugurado dois anos depois e onde hoje funciona a sede do IPHAN no Ceará.

Infelizmente, como dito, resta um reduzido número de obras públicas de expressão neoclássica na Capital, sabido que muitas foram destruídas. Algumas compreendiam antigas residências de maior porte, adquiridas ou alugadas pelo poder imperial, transformadas em sedes de repartições, por exigência dos negócios da Província em expansão.

Das grandes edificações remanescentes, pelo menos três delas pedem menção. Uma, a casa de três pavimentos em sobrado, construída pelo Dr. José Lourenço de Castro e Silva (1808-1875), médico de grande prestígio político, provavelmente datada de meados do século XIX e cuja fachada, revestida com azulejos em relevo, apresenta frontão de ponto ao baixo, proporção incomum nas edificações neoclássicas cearenses, em maior parte, obras de engenheiros. Nessa casa de alta valia arquitetônica (Rua Major Facundo, 154-156), hoje próprio estadual, recuperada, funciona um centro de atividades artísticas. Nela funcionou o Tribunal da Relação do Ceará, instalado em 1875. (CASTRO, 2003:103-133).

Uma segunda casa, pertencente aos herdeiros do senador Fernandes Vieira e adquirida pelo governo imperial em 1883, figura como uma das poucas obras residenciais da época que exibiam soleiras, cunhais e enquadramentos dos vãos executados com pedra vinda de Portugal. No segundo quartel do século XX, conheceu duplicação imitativa da parte original, perdendo a aparência residencial. Quando das obras de acréscimo, introduziram-se ressaltos de contorno dos vãos em massa, como fingimento de pedra, bem como lajes de concreto armado em todo o edifício, hoje sede do Arquivo Público Estadual.

Nesse processo de ampliações necessárias ao atendimento de novas funções, deve ser citada a sede da União Cearense, associação que congregava os altos comerciantes da Cidade, nacionais e estrangeiros, edificação fronteira ao Passeio Público, erguida provavelmente em 1872, em local aprazível, atual sede do Serviço Social da Indústria. Abrigou posteriormente o Club Cearense, ambiente de convívio social das famílias do empresariado local. Transformada em hotel, em seguida, adaptada no fim do século XIX para sede dos Correios (e, depois, sede da Ceará Light), também ganhou duplicação da área original, facilmente comprovada pela cobertura piramidal nova, justaposta à pré-existente. Elementos de ferro, tais como a escada interna, de fabricação inglesa, os guarda-corpos das sacadas, a arcaria sobreposta à entrada principal e um trecho da platibanda em gradil, devem ter sido aplicados no edifício quando da ampliação. Antes de se mudar para o prédio da União Cearense, o referido Clube Cearense ocupara um sobrado erguido na vizinha esquina da rua Major Facundo, no qual funcionaram o Liceu do Ceará e o Hôtel de France, sobrado este, por sua vez, ampliado e remodelado em 1927 para funcionamento do Palace Hotel. Hoje pertence à Associação Comercial do Ceará.

Na história da apropriação social dos espaços públicos urbanos, não pode ser esquecido o Passeio Público fortalezense. Dividia-se em três planos, dispostos em patamares que desciam até o mar. Resta hoje apenas o antigo Primeiro Plano, localizado no planalto onde a cidade se assenta, resolvido segundo traçado geométrico de discreta composição neoclássica e adornado com peças de estatuária, cópias de originais greco-romanos ou de obras neoclássicas francesas. Nivelado o terreno em rampa e ajardinado o logradouro por volta de 1880 pelo português Tito Rocha, desde logo se tornou centro de encontro da população da

cidade nos anos finais dos Oitocentos. À entrada dos jardins do Passeio, admira-se um soberbo baobá, plantado pelo Senador Pompeu em 1860. Até meados do século XIX, no local, ainda não aterrado, funcionou o paiol da pólvora da contígua fortaleza da Assunção, implantado em chão baldio, onde se despediam da vida os condenados à forca, chão regado pelo sangue dos revoltosos da Confederação do Equador, ali fuzilados em 1825, episódio consagrado na denominação Praça dos Mártires, concedida ao logradouro. (CASTRO, 2009, p. 41-114). Os temores de explosão do paiol mantiveram baldia a ampla área de vizinhança, posteriormente transformada em afamados jardins.

Contar com um Passeio Público figurava como velho desejo dos fortalezenses. No fim de contas, a denominação assim já constava de desenho do Capitão Francisco Giraldes, executado de 1810, subentendendo localização próxima da atual. (CASTRO, 1997, p. 41-2). Referência homônima reaparece no relatório enviado à Assembléia Provincial em 1847 pelo Presidente da Província, tenente-coronel de engenheiros Ignácio Correa de Vasconcellos (CASTRO, 1994, p. 75), projeto concretizado nos jardins do antigo palácio governamental, hoje Praça General Tibúrcio, o primeiro espaço público urbanizado na Capital.

As igrejas: exemplos fortalezenses

Durante muito tempo, a diminuta população da Vila assistia aos ofícios na pequena capela localizada no interior da Fortaleza da Assunção, constringendo-se ante a presença inoportuna dos soldados. (CASTRO, 2012, p. 9-72). Assim, tão logo foi possível, iniciaram-se as obras da matriz de São José, erguida em meio de uma praça quase fronteira ao forte. Precariamente construída e mal conservada, a igreja não resistiu ao tempo. Os trabalhos de total reedificação começaram por volta de 1820, mas a novo templo foi somente inaugurado em 1854, às vésperas de se tornar sede episcopal da diocese do Ceará, instalada pouco depois, em 1861. No começo, os trabalhos ficaram sob as ordens do administrador das obras reais Antônio Simões Ferreira de Faria, português, antigo auxiliar de Paulet, continuados pelo engenheiro Seiffert e, finalmente, concluídos pelo mestre cearense Francisco de Paula Tavares Coutinho. Impiedosamente demolida em 1938 por decisão arquiépiscopal, a igreja caracterizava-se externamente por um frontão

triangular de severa aparência, ladeado por duas torres, desenvolvendo interiores ditos em plano basilical, solução que veio a exercer fortíssima influência germinativa na organização espacial das igrejas cearenses mais novas, e também nas antigas. Nas recentes, por lhe adotarem o plano e, noutras, por terem tido as paredes cegas da nave central abertas em arcaria, tanto sob o argumento de lhes ampliar o espaço interno, como, e também, a fim de acompanharem a nova mensagem estética, então ainda desconhecida na Província, mensagem valorizada por sua aplicação em igreja recentemente elevada à condição de sede episcopal. O aspecto despojado, a simplicidade dos retábulos, a eliminação de adornos, a pintura branca das paredes da Sé fortalezense coadunavam-se arquitetonicamente às propostas de romanização da Igreja, introduzidas no Ceará pelos novos bispos, com a ajuda dos padres lazaristas franceses do Seminário da Prainha, inaugurado na ocasião. À frente, em meados do século, sob incentivo de frei Serafim de Catânia, foi erguido um belo cruzeiro, adornado de imagens e demolido com a igreja.¹⁷

Como se disse, o plano basilical da nova Sé foi fiel e generalizadamente adotado pelas edificações religiosas cearenses, em particular nas igrejas fortalezenses concluídas no quartel final dos anos oitocentos ou no começo do século XX (Patrocínio, Coração de Jesus, Carmo, Remédios), não obstante todas recorrerem ao partido de torre única, central, talvez por medida de economia ou já por influência neogótica.

No acervo de igrejas fortalezenses cuja aparência integra as obras de vertente neoclássica, não se podem esquecer duas obras. Aponte-se, primeiro, a pequena igreja do Rosário, de certo modo a mais antiga da Capital, talvez iniciada em 1730 como simples capela de taipa. Reconstruída em alvenaria, foi totalmente modificada em 1872, quando adquiriu frontão de linhas neoclássicas. Permaneceu na igreja o plano da antiga nave, onde havia campas, todavia, com o espaço acrescido de uma nave lateral arrematada por torre única (solução semelhante à capela de São Bernardo, de 1854 / 1859). Em tempo mais à frente, a igreja recebeu forro de chapas metálicas, de produção industrial. Como outro exemplo na Cidade, anote-se a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, com obras iniciadas em 1839. Caracteriza-se por duas torres

¹⁷ Os pregadores franciscanos em missão na Província estimulavam a ereção de cruzeiros no adro das igrejas, prática que desde então se tornou corrente no Ceará.

piramidais, entaladas entre um frontão triangular, as quais arrematam frontispício revestido de azulejos estampilhados portugueses e franceses, identificáveis pelas dimensões das peças. Posteriormente transformada em capela do Seminário Episcopal, seus interiores encontram-se totalmente desfigurados, havendo desaparecido, há muito, o pequeno cemitério implantado nos fundos do templo.

As igrejas: exemplos no interior da Província

Não há como apresentar uma relação numerosa de todas as igrejas cearenses tidas como neoclássicas, uma vez que elas sempre acusam envolvimento com certas ambiguidades formais e históricas, além de que muitos dos exemplares mais significativos, conquanto procedentes do século XVIII, em maioria, foram ampliados e alterados nos Oitocentos. Na verdade, apreciadas como edificações marcadas por forte apelo popular, acusam interpenetração de formas e técnicas que dificultam o estabelecimento de referências cronológicas ou estilísticas. Os frontões triangulares, por exemplo, nem sempre indicam concepções estéticas do século XIX, mas preservação de arcaísmos morfológicos. Podem proceder de soluções originadas da tradicional disposição das cobertas em duas águas ou repetir, talvez inconscientemente, o apuro de formas eruditas de igrejas maneiristas italianas, com ocasionais reflexos no Brasil. (BAZIN, 1956, p. 335-8).

Em muitas igrejas, o vão das naves, por pouco largo que fosse, pedia especial cuidado na armação dos telhados, tornando-se comum o emprego de tesouras de “linhas altas”, cujo “coice” nas paredes laterais ficava amenizado por várias soluções. Menos comum é a nave sem forro, cujo teto recorre ao sistema de caibros armados postos à vista, como na matriz do Aquirás, cujas torres de fins do século XIX enquadram frontaria abaulada, prismática, talvez proposição setecentista.

Pela reforma radical a que foi submetida, merece citação a igreja matriz de Santo Antônio, no Quixeramobim, iniciada à volta de 1789 pelo próprio fundador da vila, o português Antônio Dias Ferreira. Tinha aparência barroca, como se vê em um desenho antigo. Foi, entretanto, inteiramente modificada no começo do século XX, quando ganhou feição neoclássica, por certo inspirada no Vignola. Seus interiores acham-se descaracterizados e os belos ladrilhos hidráulicos de fabri-

cação cearense, que pavimentavam o piso do altar-mor, foram removidos recentemente.

Ainda no Quixeramobim, não pode ser omitido o caso especial da capela do cemitério, de plano circular, coberta com telhas cerâmicas. Construída em mutirão pelo povo da cidade sob orientação do já mencionado franciscano Frei Serafim de Catânia, italiano, em missão nos sertões do Ceará e do Piauí em fins dos anos 60 do século XIX, mantém-se íntegra em sua forma original, menos no emparedamento de uma seqüência de portas.

O conjunto sobralense

Durante os anos finais do século XVIII, embora com força menor, o Sobral exercia no vale do rio Acaraú o mesmo papel de ponto focal de encontro das boiadas, desempenhado pelo Icó, na bacia do Jaguaribe. Paralelamente à pecuária extensiva, o município também se dedicou à agricultura, mas a aglomeração urbana, favorecida por sua posição geográfica, tornou-se ponto de distribuição comercial no norte e no oeste da Província e no norte do Piauí. Alçada à condição de cidade em 1841, durante a segunda metade dos Oitocentos conheceu progresso material, que se prolongou até os dias da Revolução de 1930, quando as ligações rodoviárias e, logo depois, ferroviárias lançaram a cidade no raio de domínio da Capital. Os sonhos de industrialização, tentados na época, falharam por falta de disponibilidade de energia elétrica, provocando estagnação econômica, fator preponderante, sem dúvida, na preservação do conjunto urbano antigo. Há duas décadas, superados aqueles entraves, a cidade entrou em franco progresso material, situando-se como ativo centro industrial e centro universitário promissor, consciente, porém, e envaidecido do seu passado arquitetônico, hoje tombado pelo IPHAN.

Salvo obras mais antigas, remodeladas no século XIX ou mais recentemente, boa parte do acervo sobralense data da segunda metade daquela centúria e das primeiras décadas do século XX, período este último marcado por valiosas realizações já filiadas ao ecletismo arquitetônico. Entre as obras de feição neoclássica, alinham-se vários sobrados, cujas etapas de evolução formal podem ser observadas, a par de casas já citadas, cujos oitões, voltados para ruas laterais, foram incon-

fundivelmente transformados em frontões vazados por janelas, particularidade já assinalada. (Ver figura 12).

Entre as realizações sobralenses de maior significado, deve ser referido o Teatro São João, com obras iniciadas em 1875, caracterizado por frontão curvo. Mencionem-se também a antiga Casa da Câmara e Cadeia, onde hoje funciona unicamente a Câmara, edificação arrematada por platibandas decoradas com motivos *Empire*, bem como a Cadeia Nova, infelizmente descaracterizada para funcionamento de um quartel de polícia. A trama do romance *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, envolve-se com as obras da Cadeia, realizadas durante a seca de 1877. Acrescente-se ao acervo, a estação ferroviária, construída no último quartel do século XIX, segundo projeto de José Privat, também autor da estação inicial da antiga ferrovia, no porto do Camocim, obras ambas de valia arquitetônica regional.¹⁸ Merece também citação o cemitério de São José, por seu desenho regular, composto com espírito geométrico de viés neoclássico. (ver CASTRO, 1973, p. 29-35.)

O Aracati

Entre obras espalhadas em vários pontos do Estado, geralmente casas e sobrados convencionalmente citadas como obras neoclássicas, assumem particular relevo no Aracati e no Icó, cidades cujos trechos antigos foram tombados pelo IPHAN. Ambas controlavam a bacia do rio Jaguaribe, cuja área ocupa metade do território cearense.

Como já se assinalou, no século XVIII e em boa parte dos anos oitocentos, o Icó funcionava como centro sertanejo coletor dos rebanhos de gado, encaminhados para as “oficinas” de abate do Aracati, onde era preparada a “carne de Ceará”, remetida para outras partes do País. O prestígio das duas cidades, imbricado em atividades terciárias, urbanas, prolongou-se até o fim do penúltimo quartel do século XIX, quando ambas foram definitivamente absorvidas pela influência cultural e econômica da Capital.

¹⁸ A propósito das estações ferroviárias já referidas, poderia ser acrescentada a estação do Crato, como as demais, também desativada, edificação inscrita nos Livros de Tombo da Secretaria Estadual de Cultura. Trata-se, porém, de obra do século XX, inaugurada em 1926, alheia, portanto, aos marcos cronológicos deste artigo.

No Aracati, ao longo de ruas largas e paralelas ao rio (semelhantes às do Icó), destaca-se um conjunto de sobrados e casas, particularmente na antiga rua do Comércio, infelizmente com formas originais nem sempre mantidas íntegras. A Casa de Câmara e Cadeia, obra do século XVIII, foi modificada com um desenho que a assemelha morfológicamente às obras oitocentistas, intervenção semelhante àquela imposta à igreja do Bonfim. O sobrado das Corujas, já referido, imenso e imponente, talvez setecentista, com portão lateral encimado por volutas, desapareceu há muito. A Casa das Correias, apesar de inscrita nos Livros do Tombo Estadual, foi demolida festivamente pelos proprietários. Algumas casas de feição rural nos arredores da cidade pedem menção.

O Icó

No conjunto do Icó, vários sobrados e casas apresentam homogeneidade formal de vertente neoclássica (e neogótica), seja em planta seja nos detalhes construtivos, gerando padrões tipológicos locais. Na parte mais antiga, verificou-se a introdução de uma rua de serviço, a “Rua do Meio”, entre duas ruas amplas e paralelas, a Rua Grande e a Rua Larga. Essa via intermediária, ao permitir acesso pela parte posterior dos lotes, gerou uma disposição espacial que favoreceu a implantação de pátios nos fundos das edificações, influenciando inconfundivelmente nas plantas dos sobrados icoenses. Estes, aliás, sempre apresentam no pavimento superior uma varanda descoberta, voltada para o quintal, estabelecendo articulação espacial entre os compartimentos íntimos e a parte de serviço. Essa varanda, cujo piso ladrilhado se apoia em lastro de tijolos assentados sobre travejamento de madeira roliça, mostra solução construtiva semelhante às técnicas populares alentejanas, em Portugal. Por outro lado, a incomum disposição viária primitiva talvez revele reminiscências do traçado pombalino da Baixa lisboeta, marcado por uma sequência alternada de ruas largas e estreitas. Ainda a propósito, nas casas icoenses são comuns fachadas térreas que se mostram com a sequência porta / janela / porta, em vez da habitual disposição porta / janela / janela. Assinale-se também o desenho das esquadrias como nota característica da arquitetura residencial do Icó, em que avulta um sobrado com mirante.



Figura 15 - **Rua Grande. Icó, CE.**

Rua longa e ampla, assim dimensionada em cumprimento às normas de urbanização correntes na época da instalação da vila. À esquerda, observar um sobrado com mirante, coroamento arquitetônico pouco comum no Ceará. Desenho do Autor, 1983.

Nos programas institucionais, sobressai a Casa da Câmara e Cadeia, iniciada nos anos finais dos Setecentos mas ampliada no último quartel do século XIX com referências neogóticas. Também avulta o Teatro da Ribeira dos Icó, projeto do anteriormente aludido Pedro Théberge (1811-1864), médico e historiador francês radicado na cidade.¹⁹ Arquiteto amador, Théberge, com sua mulher, Élise, aparecem citados no *Diário* de seu compatriota, o já referido engenheiro Louis Léger Vauthier, que os conheceu e os frequentou por volta de 1840 / 1841, no Recife, onde o casal morava havia dois anos e meio. (VAUTHIER, 1945, p. 39 e passim.). O Teatro do Icó, entretanto, quer

¹⁹ O Teatro do Icó é o mais antigo teatro público do Ceará, seguido do Teatro São João, no Sobral, ambos próprios municipais. Na Capital, houve salas construídas anteriormente, todavia, obras particulares. Os teatros do Icó e Sobral, localizados em áreas urbanas tombadas pelo IPHAN, foram recuperados na segunda metade do século XX e adaptados ao conforto e às solicitações cenográficas contemporâneas, benefício, pelas mesmas razões, estendido ao Teatro Pedro II, na Viçosa.

nos seus interiores precariamente solucionados, quer na sua fachada de reminiscências paladianas, em nada se relaciona com o Teatro Santa Isabel, no Recife, obra projetada por Vauthier, antigo e fiel aluno da École Polytechnique de Paris.

Outras cidades

Em vários pontos do Estado subsistem edificações de aparência neoclássica, sempre elaboradas com evidente apelo popular, edificações que deixam de ser nomeadas em função das limitadas aspirações do texto. Merecem lembrança algumas obras espalhadas em cidades localizadas ao pé ou no alto das serras vizinhas à Capital, cuja ocupação demográfica se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, serras então recobertas por vegetação frondosa, gradativamente eliminada para obtenção de madeira de lei ou para o plantio do café, de há muito já desativado. Os exemplares mais significativos compreendem casas de morada, urbanas e rurais, entre estas o conjunto do Sítio Cachoeira, em Maranguape. Pedem referência algumas instalações mais cuidadas de engenhos dedicados à produção da rapadura e da aguardente, também vistos no litoral e no Cariri. Em meados do século XIX aparecem moendas e centrifugadoras de ferro, movidas a vapor (as primeiras, no Sítio Alagadiço Novo, na Messejana, propriedade do Senador Alencar), em substituição às bolandeiras, isto é, moendas de madeira tangidas a bois, aparelhagem antiga de que restam raros exemplares. No Cariri, em termos de arquitetura residencial, principalmente no Crato e na Barbalha, reproduziram-se os mesmos programas, com casas e alguns sobrados de valia. Na Barbalha, destacam-se o conjunto da rua do Videu, bem como, nos arredores da cidade, o Engenho Tupinambá, hoje discretamente alterado.

Os mercados públicos

Não se pode concluir esta exposição sem mencionar o particular interesse que despertam os inúmeros mercados públicos erguidos em muitas cidades cearenses envolvidas num processo de consolidação da vida urbana no século XIX, infelizmente, em boa parte, hoje descaracterizados. A planta em quadro, beneficiada com amplo pátio interior, a

observância a um sistema de eixos ortogonais de composição, o ritmo impresso às aberturas, as padieiras em arco pleno, as platibandas de contorno, constituem elementos que conferem aos conjuntos reminiscências de feição neoclássica, embora envolvidas com viés popular. No pátio destinado aos feirantes, por vezes se implantava um pequeno pavilhão, reservado à venda de carne. Entre os exemplares remanescentes, destaca-se o pavilhão central do mercado do Aquirás, de planta quadrada, cuja cobertura piramidal se apoia em um magnífico sistema estrutural resolvido com estipes de carnaúba. A pequena edificação desenvolve um desenho que explora um jogo de possibilidades oferecidas pelo inter-relacionamento das propriedades geométricas do quadrado, refinamento construtivo que a qualifica como realização popular de excepcional mérito. O conjunto encontra-se registrado pelo IPHAN no Livro do Tombo Artístico como monumento nacional brasileiro. (Figura 16).

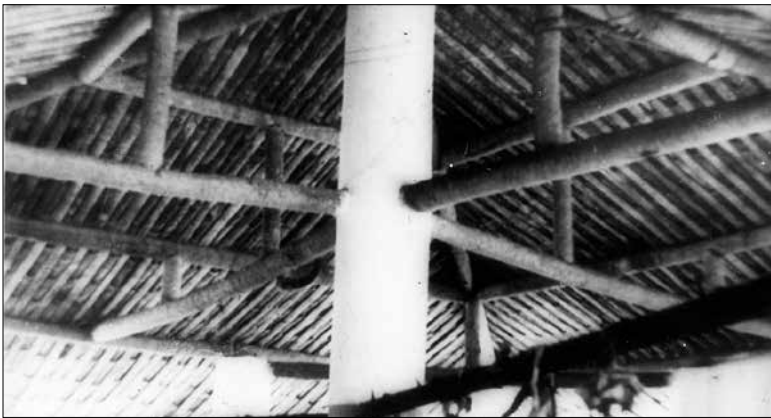


Figura 16 - **Mercado Público. Antigo pavilhão de venda da carne. Aquirás, CE.** Valioso conjunto de arquitetura popular tombado pelo IPHAN em 1983. Notável solução do uso da carnaúba, em que estrutura e forma da coberta definem a organização espacial, cuja concepção recorre às propriedades do quadrado. Observar o emprego de "caibros juntos" no telhado. Foto: G. E. Bormann, c. 1975.

Nota – O autor agradece ao arquiteto Ramiro Teles Beserra e à assessora técnica Francisca Denise Granjeiro y Martin, da 4ª. SR do IPHAN, bem como ao técnico em computação Heron Cruz, da Imprensa Universitária da UFC, pela valiosa colaboração prestada no preparo de ilustrações deste trabalho.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1960.

_____. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. 4. ed. Rev. José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.

ALEMÃO, Francisco Freyre. Manuscritos guardados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ARGAN, Giulio Carlo. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO, Carlos de. *Solares portugueses*. Lisboa: Horizonte, 1969.

ARQUITECTURA popular em Portugal. 2. ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980. [obra coletiva].

BARLEI [Barlaeus], Casparis. *Rerum per octennium in Brasiliaj*. Amsterdam: Blaeu, 1647.

BAZIN, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. 2 v. Paris: Plon, 1958.

BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. Mossoró: s.ed. 1976.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Ensaio estatístico da Provincia do Ceará*. São Luís: B. de Mattos, 1863.

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem [ao Norte do Ceará]*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BRIGIDO, João. *Ceará (Homens e factos)*. Rio de Janeiro: Besnard, 1919.

CARDOZO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e do Estado do Rio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 209-56, 1943.

CASTRO, José Liberal de. Aspectos da arquitetura no Nordeste do País (Ceará, Piauí e Maranhão). In: *História Geral da Arte no Brasil* / org. Walter Zanini. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, v. 1, p. 299-319.

_____. *Influências recíprocas na arquitetura luso-brasileira*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1978 (tese a concurso de professor titular / inédita).

_____. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará*. Arquitetura e pintura de forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001.

_____. A localização da chácara Villa Izabel, propriedade do livreiro Gualter da Silva. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t.118, p. 83-114, 2004.

_____. Centenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. *Revista do Instituto do Ceará*, t.126, p. 9-72, 2012.

_____. Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 108, p. 43-90, 1994.

_____. O palacete Carvalho Motta, um dos poucos exemplares de casas de “porão alto” na cidade da Fortaleza. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*. t. 127, p. 47-130, 2013.

_____. Passeio Público: espaços, estatuária e lazer. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 123, p. 41-114, 2009.

_____. Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará. Fortaleza, *Aspectos*, 5, p. 9-32. 1973.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 122, p. 99-148, 2008.

_____. Tombamento do sobrado do Dr. José Lourenço. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*. t.117, p.103-133, 2003.

_____. Urbanização pombalina no Ceará: paisagem da vila de Montemor-o-novo d’América. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, t. 113, p. 35-81, 1999.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, 1937.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2 v. 1960.

GOUVÊA, Manoel Caetano de. Relatório apresentado ao Conselho Provincial de Obras Públicas. In: ABREU, José da Cruz. Relatório do Presidente Joaquim Marcos de Almeida Rego. Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, t. 50, 1936).

HAUSER, Arnold. *Sociologia del arte: Estamos ante el fin del arte?* Madrid: Guadarrama, 1977 (Punto y Omega, 244).

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1816.

LEITÃO, Luiz Augusto. *Curso elementar de construcções*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Portugália, 1943. v 3.

MELLO, Manoel Nunes de. Provincia do Ceará. Quadro da população segundo recenseamento procedido nas diversas parochias no 1º. de Agosto de 1872. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 25, p. 50-57, 1911.

MELLO JÚNIOR, Donato. Arquitetura imperial brasileira. In: *Rio Imperial*. São Paulo: Sanbra, 1988.

RAINVILLE, César de. *O Vignola brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo Henrique Lammaert, 1880.

REIS, Nestor Goulart et alii. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2000 (Uspiana / Brasil / 500 anos).

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 159-197, 1945.

SEGURADO, João Emílio do Santos. *Acabamentos das construcções*. 5. ed. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, [s.d.].

SOBRAL SOLAR. Org. Patrícia Veloso. *Fortaleza*: Terra da Luz, 2014.

SOUSA, João (frei). *Vestígios de língua arábica em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1789. [cópia fac-similar A. Farinha de Carvalho, 1981].

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a Historia do Ceará*. v. 2. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. 3 v.

_____. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 32, p. 191-274, 1918; t. 33, p. 239-48, 1919; t. 34, 351-58, 1920; t. 36, 381-89, 1922.

SZAMBIEN, Werner. *J-N-L. Durand*. Paris: Picard, 1984.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos brasileiros*. Rio de Janeiro: FENAME/SEAC, 1980.

TOLLENARE, F. L. de. Trechos das Notas Dominicães de Tollenare que se referem ao Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 22, p. 272-5, 1908.

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 127-208, 1943.

_____. *Diário íntimo do engenheiro Louis Léger Vauthier*. Rio de Janeiro: MES, 1945 (Publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4).

VASCONCELLOS, Manoel Bernardo de. Documentos para a historia do governo de Bernardo Manuel de Vasconcellos [Coleção Studart]. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 28, p. 330-66, 1914.

VIGNOLA, Giacomo Barozzi da. *Tratado de los cinco órdenes de arquitectura*. Buenos Aires: Editorial Construcciones Sudamericanas, 1953.

Sumário

O presente artigo objetiva apresentar uma visão sucinta de aspectos característicos da arquitetura cearense no século XIX, porém acrescida de contribuições do século anterior. O artigo focaliza a colonização retardada da Capitania, cujos sertões foram ocupados pela pecuária extensiva, atividade parcialmente substituída pelo cultivo do algodão no século XIX. A autonomia administrativa cearense, a inclusão da Capitania no comércio internacional, a difusão de novas tecnologias na construção bem como a absorção de ideias estéticas novas de procedência europeia, envolvidas com mensagens neoclássicas e neogóticas, causaram forte impacto na produção arquitetônica local, apesar da permanência de um marcado viés popular nas realizações do período.

Abstract

This work intends to present a concised view of some distinctive aspects of the nineteenth-century architectural from Ceará, however increased by contributions assimilated from the preceding century. This work focuses on the delayed colonization of the Province (Captaincy until 1815), whose interior was occupied by extensive cattle breeding, though this kind of action was partially changed into cotton cultivation during the 19th Century. Ceará's self-government and insertion of the Province in international commerce, the diffusion of new building technologies as well as absorption of new European aesthetical ideas, embraced by neo-classical and neo-gothical traces, caused strong impact on the local architectural production, despite of the permanence of a clear popular bias during the period.